



PREFÁCIO DE CARLO SARCHI À TRADUÇÃO ITALIANA DO DIREITO UNIVERSAL DE VICO

Carlo Sarchi

Tradução de:

João Valdir Teixeira Braga Filho¹

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2023.3.1.7624>

PREFÁCIO DO TRADUTOR²

O volume por nós traduzido com o esforço melhor que sabemos de melhor e humildemente oferecemos ao público Italiano, contém uma doutrina vasta e potente na sua densidade, com método verdadeiramente científico, magistralmente declara as verdades mais elevadas a respeito da contemplação e suas operações. O homem que quiser meditar este escrito atentamente encontrará os melhores auxílios às desventuras e desilusões que conturbam e amargam a vida humana. Nessa meditação, ele também verá desaparecer aquelas dúvidas penosas que perturbam mesmo as mentes mais sãs quando levam em consideração as tantas contradições nas disputas humanas, nos dolorosos espetáculos oferecidos pela história, nas misérias que caem sobre os infelizes, o atraso da melhoria e a teimosia que atravessa os justos conselhos dados. Adentrar no pensamento do nosso Vico oferece em toda parte evidências luminosíssimas e astuciosamente persuasivas de que o governo das coisas humanas não é governado pela força desarrazoada nem pelo acaso cego,

¹ Mestre em Filosofia Política e Ética pela Universidade Federal do Ceará (UFC) Bacharel em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), participou do grupo de estudos e tópica Vichiana, integrado ao laboratório de Metafísica e Estética da Universidade Estadual do Ceará, e também do laboratório de Estética e Espaço Social Pier Paolo Pasolini. Tem interesse em Filosofia Social e Política, Retórica, Metafísica, Ética, Estética e Filosofia da História. E-mail: valdirdrummer@gmail.com

² Tradução de: SARCHI, Carlo. Prefazio del Traduttore. In: VICO, Giambattista. *Dell'unico principio e dell'unico fine del diritto universale*. Trad. Carlo Sarchi. Tipografia di Pietro Agnelli: Milano, 1866.



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



mas pela Providência incansável e pela Bondade absoluta do Deus Supremo, que resplandece nas evoluções sucessivas da sociedade humana, tanto na ordem dos espaços celestes como nas esplendidas criações da natureza.

No *Prolóquio* que inicia o presente livro, Vico narra como sua mente foi durante muito tempo torturada pelas posições que negam obstinadamente a intervenção Providência divina nas condições humanas, desde a origem da filosofia até o presente, consideram-na uma surda e cega fatalidade ou não enxergam outra coisa que não seja o reino da violência e da astúcia. Nosso filósofo meditou sobre isso assiduamente e ofereceu inesperadamente uma tese do doutíssimo Varrão em *Forma da Natureza*, de que a natural e efetiva concatenação das coisas corresponde à ideia de um Deus Supremo, criador do Universo e que a Providência que parte do criador se encontra em toda parte, nos lugares mais adequados.

Convicto de que a divina Providência abrange tanto o homem, as inteligências e o mundo material, Vico concluiu que a contemplação dos fatos humanos demonstra claramente que são governados sabiamente pela Bondade divina, e por essa razão a opinião dos cétricos toda hora repetida por espíritos leves e incautos não pode ser sustentada.

Desse modo ele reconhece que para alcançar a verdade, o filósofo não deve buscar os conceitos arbitrários da própria mente, mas recorrer ao atento estudo das manifestações espontâneas das forças inerentes ao gênero humano. E ao exame das séries de fatos humanos ordenados por Deus Ótimo Máximo que manifesta os atributos da sua Providência neles e nos fatos materiais.

Quem deseja empreender um estudo similar deve primeiramente mostrar o Homem, composto de corpo e alma, sendo o primeiro elevado a segunda. O primeiro com os indefinidos e flutuantes movimentos dos sentidos e a segunda pensada com *estáveis conceitos* e *perpétuas resoluções* da vontade sempre diversa e errante, reduzindo-a ao grau de *obrigação inviolável* e de *sacrossantas promessas*. Ou seja, deve mostrar o Homem inclinado a investigar o *Verdadeiro*, operar o *Bem* e realizar o *Belo*.

As argumentações dos cétricos são contrapostas por Vico já que as tendências espontâneas da natureza humana se revelam nos desenvolvimentos sucessivos da sociedade. Disso, resulta que em todas as formas nas quais a sociabilidade humana se desdobra são



exercidas todas as operações sob o império das ideias de *Dever e de Direito*, que emanam da profundidade da consciência humana e sempre assumem todas as operações das utilidades corpóreas.

Segundo nosso entendimento, o livro *De universi juris principio et fine uno* é de todas as obras de Vico, aquela na qual se encontra exposta sua doutrina de modo mais sistemático e geral. Nos livros procedentes, a sua mente confunde os fatos especiais que desejou reduzir sob as formas, aplicando com toda força as suas induções etimológicas. Os doutos do tempo de Vico ignoravam ainda os antigos idiomas da Índia e da Pérsia, sombras obscuríssimas velavam a antiguidade egípcia e por isso, não podiam comprovar como verdadeiras ou possíveis as suas hipóteses ardentíssimas. Faltava-lhes uma face veloz para iluminar a reconstrução do mundo antigo que se produz nas narrativas históricas anteriores (o que também carece no presente, mesmo após tantas descobertas da filologia moderna). Ele esperava conduzir a um bom fim esta árdua empresa pela via da indução engenhosa, baseando-se na interpretação das tradições poéticas e do confronto dos vocábulos de algumas linguas. Seu ardentíssimo gênio tropeçou quando adentrou mais nos particulares e fez disso prova das hipóteses mal fundamentadas que abundam nos seus escritos e transbordam na *Scienza nuova*. No livro em questão como no seu Tratado *De antiquissima Italorum sapientia ex linguae latinae originibus eruenda*, fundamentou a sagaz explicação de alguns vocábulos e soube delimitar suas investigações diante numerosas tradições. Dessa maneira, ele conseguiu iniciar seus estudos filosóficos numa via não mais calcada no exame das manifestações externas da atividade humana como se fossem fenômenos naturais e leis que regem o mundo material. Abandonou as considerações arbitrarias para investigar e observar os fatos sociais que se produzem espontaneamente para depois induzir próprias e naturais disposições da Sociedade humana.

As línguas são a manifestação própria e adequada do intelecto humano pois são a mais íntima e sutil operação visível e permanente. Podendo dar lugar ao exame preciso de determinados esclarecimentos e generalizações fundadas. Vico fundou sobre o estudo atento de alguns vocábulos latinos a doutrina exposta no Livro *Antiquissima Italorum sapientia*, e



descobriu uma Metafísica completa e não arbitrária bem conexa em toda parte, em conformidade com as orientações humanas mais retas e universais.³

Ela colocará o valor e a eficácia do método científico indicado por Vico e que fornece à Psicologia um caráter de positividade e de exatidão científica. Também poderá avaliar o supremo valor das verdades informados por nosso exímio filósofo nessa novíssima e segura via. Desse modo, não se pode conter o riso de alguns livros modernos famosos em que os autores se gabavam dos novos métodos descobertos, afirmando atingir o renovamento da Filosofia à *mercê* do que denominaram *observação direta dos fatos internos*, diretamente classificados e examinados no mesmo ato da mente inativa do observador passivo. Nosso Vico procede destemido na sua meditação no presente Livro. Bastou o estudo de alguns vocábulos, o texto de alguma lei e dos mais respaldados Jurisconsultos romanos, o exame incansável de alguns fatos históricos em suas minúcias para descobrir as leis fundamentais que a Sociedade humana obedece no seu desenvolvimento progressivo.

As considerações do nosso Vico se fixaram principalmente nos Anais e nas leis dos Romanos. Um bom motivo para isso é a preponderância tida pelo Império Romano sobre os destinos do mundo antigo e moderno. Estudando as transformações sucessivas da civilidade Romana, ele soube manifestar a mais legítima generalidade no espetáculo das leis romanas, que se fizeram sempre mais mitos das plebes romanas e pouco a pouco se vincularam aos estreitíssimos liames, oprimidos pelo orgulhoso Patriciado que se recusou abandonar a razão de sua superioridade opressiva, refere-se as condições gerais de todas as Plebes e de todas as Aristocracias. Ele convence que as mais estupendas transformações e luminosíssimas demonstrações exercidas no governo das coisas humanas são governadas pela divina Providência. Seus decretos auxiliam inconscientemente até os homens mais perversos porque eles são a prova da inclinação e da vantagem universo, seus atos se tornam ajudantes do lento e contínuo melhoramento das condições dos povos.

Assim, Vico ilumina a História Romana com as obras mais famosas dos autores em vez de ultrapassá-los. Buscando alcançar uma abrangência maior ao consultar os documentos do direito Romano, ele incrementou a lucidez trazendo os intérpretes mais renomados,

³ O tradutor do presente livro teve tanta admiração pela Obra no tempo da juventude que fez uma versão francesa em 1831, mas que não teve coragem de expor ao público.

Revista Paranaense de Filosofia, v. 3, n. 1, p. 177 – 219, Jan./Jun., 2023.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



avivando sua doutrina jurídica com uma contínua aproximação das condições políticas do povo Romano. Por isso, apresenta a evidência de que tanto as leis e o modo de interpretar suas aplicações constituem o perpétuo reflexo do estado político dos povos, das razões efetivamente estáveis entre as várias Ordens que compõe a sociedade civil.

Segundo nosso entendimento, o ponto essencial da Doutrina que Vico organizou com toda a potência de sua mente é a conciliação por ele empreendida da *Razão* e da *Autoridade*. Dois elementos das operações humanas que foram considerados pelos filósofos, pelos historiadores e pelos Jurisconsultos como geralmente opostos e sempre contrastantes.

É importante advertir que o vocábulo *Autoridade* é usado por Vico num sentido totalmente próprio, mais amplo que seu significado comum e compreende sentidos que vão além daquele que recebe normalmente. Este novo significado será amplamente elucidado por nós a seguir, tornando possível deduzir consequências relevantíssimas. Bastará agora advertir que as sucessivas manifestações da Autoridade equivalem, na língua do nosso filósofo, à contínua série de transformações sociais e progressos humanos.

O gênero humano é naturalmente provido de instintos de cooperação que se desenvolveram gradualmente se alargando e melhorando. Por isso, as instituições e provisões legais produzidas sucessivamente se fazem mais justas e mais humanas, alcançando os efeitos positivos dos conceitos antes da chegada dos filósofos e seus raciocínios obscuros.

Nem a reflexão, nem os discursos da mente produzem a sucessão da história das instituições e das leis que melhor corresponde às condições reais da Sociedade humana, mas uma força ativa e criadora inerente ao homem. A argumentação filosófica das ideias de Vico parte da efetiva e espontânea produção dos fatos políticos que a história demonstra. Entretanto, ele não entende que a proeminência do fato político e do elemento histórico deve impedir o uso legítimo das argumentações discursivas, cujo andamento é sempre maior diante de um Estado em que a equidade triunfa. Logo, ele considera que a *Razão* e a *Autoridade* se ajudam mutuamente e são indissociáveis, buscam juntas a perfeição do viver civil. Talvez não seja inoportuno recordar que com modos e objetivos totalmente opostos ao do nosso filósofo, a insidiosa teoria da famosa *Escola histórica* alemã produziu sentidos para agraciar os inimigos da humanidade, acobertando os graves abusos de suas induções científicas, produzindo uma



desigualdade horrível e intolerável de sistemas jurídicos que eram a face teórica da violência política dos anos 1814-1815.

Nossa época é parecida, nela se pode ver as mentes engenhosas fazendo o que podem –em nome da ciência – para defender cada avanço de instituições em declínio, tornando-se incompatíveis com as condições da civilidade moderna. Na Alemanha, a maior erudição está a serviço de interesses da aristocracia mais do que qualquer outro lugar. Seus juristas buscam provar que leis velhas para boa parte da Europa ainda conservam os avanços do direito feudal e são expressão legítima e necessária ao povo alemão. Nos lugares mais distantes, encontramos os Estados Unidos da América, com um direito fundado pelos naturalistas com uma alegada diferença essencial do organismo das várias raças humanas. Para quê? Para manter obrigados os pobres negros em estado de eterna escravidão!

No presente livro, Vico irrefragavelmente comprovou que a índole específica dos costumes feudais não se refere a alguma raça, mas a certo grau de civilidade. Razão pela qual a invasão das províncias do Império Romano, o modo de possuir os recursos conquistados e de transmiti-los hereditariamente e o domínio determinam-se unicamente pelo rude conceito de pátria conquistada, formando aquele complexo de razões que constitui o *direito feudal*.

Assim, tais leis persistem em boa parte da Europa após doze séculos, mesmo em estados políticos fundados sobre bases tão diversas. Se quisermos considerar a civilização Romana, veremos, pelo contrário, que a evolução da plebe foi rápida e que a legislação Romana foi transformada em poucos séculos. Da rigidez da lei das doze tábuas e a crueldade dos costumes jurídicos que precederam o direito Pretório – donde mitos surgiram gradativamente –brevemente alcançou a humanidade com a equidade das Leis imperiais e a legislação Justiniana é respeitada ainda como um dos mais esplendidos monumentos do gênio humano.

Assim, as razões feudais puderam manter-se ilesas em meio a tantas outras que deveriam ser desconsideradas. Elas souberam resistir a influência dos Comuns, fundamentados em princípios oposto àqueles do Feudalismo. Os Comuns foram a fonte dos elementos da civilização moderna durante a barbárie medieval. Na introdução da presente estampa se nota o contraste entre a conservação dos costumes medievais, as nobres disciplinas do Renascimento, a Reforma religiosa ocorrida no século XVI e a crescente



relevância das classes mercantis e industriais entre tantas outras conquistas do saber humano. Pois, os suplícios atrozes dos tempos mais bárbaros persistiram até os últimos anos do século passado, algo que Vico observa ao recorrer às antigas memórias romanas na extrema forma de suplício imposta *more majorum* nos tempos do Rei Tulio, pacificamente recebia pelo povo e que agitou um certo senso de recusa, embora ultrapassasse aquele castigo de Horácio – Herói a quem Roma devia sua salvação. Mas chegam os tempos de Cícero e aquele mesmo suplício se elevou à indignação universal, como demonstraram as palavras daquele Orador trazidas da sua defesa de C. Rabirio, e que acusou veementemente o Tribuno T. Attio Labieno que desejou ressuscitar *no esplendor da liberdade Romana, aquelas detestáveis formulas presentes na tenebrosa antiguidade*. Nem por isso se pode concluir sem considerar um detalhe desconfortável que nos tempos modernos conduziu com arte sapientíssima a defesa dos velhos abusos, conservados com obstinação tenaz e inflexível, desdobrada por Cláudios, Cipiões e Fábios em favor de suas razões vacilantes. A superioridade do patriciado romano sucumbiu em poucos séculos, mas a aristocracia moderna soube manter os elementos mais efetivos ilesos, com sua proeminência auxiliada por conselhos sábios e sutis teorias de engenhos inteligentíssimos. No presente livro também se nota que as verdades mais evidentes estão envolvidas em densas sombras porque se adequaram astuciosamente em toda forma moderna de liberdade. Sem isso, como supor que uma força potentíssima ignorada na antiguidade seja trazida nos tempos modernos para colaborar com o perpetuamento dos velhos abusos?

Aqui voltamos à exposição das ideias fundamentais do presente livro que não podem ser ignoradas.

A divina aseidade – a divina Essência que reúne e concentra cada atributo divino – Vico faz corresponder no homem feito à divina semelhança, numa faculdade em que toda atividade se manifesta e parte de toda determinação imperativa. Ela é denominada *Auctoritas*, Autoridade, vocábulo que deriva do grego *αυτός*, *o próprio, o mesmo*, querendo com isso significar a *substancial unidade* da natureza, princípio de toda natureza e de toda atividade humana, seja da *atividade cognitiva* ou *prática e operativa*. Nesta faculdade soberana se concentram, segundo Vico, três elementos indivisíveis, *a cognição, a vontade e a potência*, comunicando com Deus, que deriva toda a percepção imediata do mundo inteligível e do



mundo sensível, ela governa a *cognição*, a matéria dos conceitos reflexivos e a vontade dos conselhos operativos.

A *autoridade* segundo Vico, conduz a produção de todas as instituições políticas e jurídicas, elas manifestam efetivamente o gênio amigável do homem. Elas se reproduzem por evoluções sucessivas, cujo alcance sempre se amplia, dando lugar às determinações externas e positivas que melhor se adequam às condições presentes. Em tal guisa, o homem, limitado à sua força e privado de toda assistência externa, desdobra a *autoridade monástica* (solitária): o Pai de família governa os filhos e os clientes que acompanham a *sociedade familiar*, possui a *autoridade econômica* e a Potestade pública investida da senhoria da sociedade civil, que exerce a *autoridade política ou civil*.

A *autoridade* não é desconexa da *razão*, um dos seus intrínsecos e inseparáveis atributos. Ela não é oposta à razão pois amplia ou aperfeiçoa suas próprias determinações, buscando remover as contradições que a mente humana tanto recusa. Porque é próprio da *mente*, da *reflexão*, do *discurso*, coordenar, melhorar, alargar as instituições, como é própria da *autoridade*, a faculdade criativa e superior de constituir-se espontaneamente. Advirto que ela não é absoluta e efetiva, mas doutrinal, por isso está ligada às faculdades humanas. Também é ofício da mente, da razão, considerar sempre a verdade da condição política, organizar os auxílios, executar prudentemente as interpretações grandes e justas e com isso preparar cada nova expansão política e jurídica para substituir os progressos anteriores, recolhendo cada adito dos contrastes violentos. Desse modo, não se produzem dissidências entre a *razão* e a *autoridade*, entre a teoria jurídica e as leis políticas, entre a vontade dos povos e os ordenamentos políticos quando as formas que utilidade impraticadas estão em desacordo com o tempo mantido e observado e que alguns buscam obstinadamente manter tal desvantagem do universal. Nosso Vico demonstra de que maneira aqueles que se encarregam de interpretar as leis nos deveres públicos representam a pública Potestade, dos graus mais altos aos mais ínfimos, esperam prover sábias interpretações e prudentíssimas execuções.

Vico observa que é costume universal dos homens coligar o exercício dos deveres legais com ideias das Religiões e do culto aos Deuses, por isso, jamais produziu-se leis sem consagração religiosa que aumentasse ainda mais a sua validade. Tal sanção suprema foi coberta com as melhores formas, dando lugar aos conceitos mais elevados e meditados,



finalmente repousando na santidade de Deus puríssimamente adorado nos seus divinos atributos.

Aquele que estudar atentamente o áureo trabalho do nosso Vico poderá notar os traços evidentes das precauções que lhes foram impostas pela extrema dificuldade do seu tempo. O rigor de seu tempo o aconselhava a limitar seu pensamento na generalidade mais elevada, se esquivando de toda conclusão aberta e determinada cujo menor indício o teria exposto a graves perigos. Por essa razão, quero escrever nesta introdução um bom número de prudentes expressões sobre a sua gravíssima doutrina da *Autoridade* que entendo se tratar do conceito fundamental do seu Livro. É oportuno desenvolver esse argumento tratando de suas consequências legítimas e imediatas que melhor parecem corresponder ao pensamento original do nosso filósofo.

A *Autoridade* do homem porta a Razão divina que ele participa de maneira imediata. A percepção de cada real e objetiva existência, tanto do Deus Supremo como da Natureza sensível, o homem deriva da comunicação divina o princípio de cada cognição e operação.

Segue-se disso que a *autoridade* parte da mente e da matéria dos seus conceitos e a vontade, dos seus elementos. Desse modo, Vico demonstra que a atividade *da mente* e *da vontade* possuem um princípio comum: *o assentimento pode ser igual nas cognições e operações genéricas, contudo, o método de demonstração deve ser diverso em outros casos*. É como se este princípio comum do assentir não fosse percebido por Kant, incomparável analisador do pensamento que nos seus livros *Crítica da Razão Pura* e *Crítica da Razão Prática*, que tratou de modo independente as leis que regem a cognição e aquelas que governam as ações, como se fossem dois mundos totalmente separados de modo que uma união harmoniosa não fosse possível. As consequências desta funesta separação nas mentes versadas nos estudos filosóficos são graves, tanto no ponto de vista prático como no teórico.

Tais perigos desaparecem e seus obstáculos se dispersam dando lugar a uma harmonia aparentemente impossível quando se adere a doutrina do nosso grande Vico. Assim, é possível absorver ideias meditadas que se adequam completamente às crenças universais do gênero humano.



A *Mente* é o instrumento dado para ordenar, iluminar, generalizar os elementos constantemente regidos por uma faculdade superior que lhes tornam razoáveis e legítimos. Se o homem distrai a *Mente* do seu ofício imprescindível e lhe impõe um trabalho para qual ela não se adequa, ela deixa de julgar segundo os princípios da cognição e de afirmar provas da sua adequação à realidade, suas pesquisas não podem alcançar solução alguma. A *Mente*, destinada a elaborar a verdade revelada da faculdade superior, constitui a unidade da *Autoridade* humana denominada por Vico, e não pode ultrapassar, encontrar e nem justificar seus limites naturais por suas próprias forças. Querer fundamentar tais disposições especiais da *reflexão* e do *discurso* equivale a reaver um ofício diverso daqueles que foi destinado, em outras palavras, recorrer ao *ouvir* e ao *sentir* é como se servir de alguma máquina especial para um outro uso. Persistir na investigação por essa via é irreparável, um verdadeiro absurdo científico, semelhante as pesquisas vãs que consomem as mentes confusas e desprovidas de critérios científicos. Tentam sempre resolver problemas decididamente insolúveis na Matemática, na Mecânica e na Química ao passo que o cético insiste em se dizer incapaz de decidir ou afirmar qualquer verdade, e duvidando, dizem que a vida não passa de eternas ilusões, crendo que as modificações dos seus sentidos não correspondem à realidade efetiva. Basta o prosseguimento de disputas tão exauridas, pois, em vista do sentido comum dos homens, os infelizes choram amargamente a sua exclusão do consórcio humano. Desgraçados pelo sentimento de realidade que se faz obtuso ao sinal de se deixar iludir perpetuamente pela própria subjetividade, sem poder distinguir as próprias fabulações das verdadeiras e efetivas impressões despertadas pelos objetos externos. Estes sofismas contradizem todas as operações humanas, tanto aquelas que se produzem dentro e fora de cada conselho, como aquelas que resultam de deliberações meditadas. A mente humana não pode conceber uma fábula que seja de acordo com a doutrina cética ou materialista: a substância ocorre a cada instante, sustento indivisível de qualificações infinitas cuja série inteira não viria a exaurir a ideia de substância que o constitui. A *pessoa* intervém com um caráter mais determinado de substancial indivisibilidade e encontra o *verbo* para exprimir uma ação indeterminada e absoluta para significar um conceito que não pode alcançar as percepções dos sentidos. Igualmente, não podem conceber a existência de qualquer consórcio amigável que não respeite obrigações e direitos. Mesmo atualmente, não há cético que não reconheça inúmeras vezes aquela realidade que considera mera ilusão quando se aprofunda nas considerações filosóficas.



Assim, o mote de Vico contém um sentido profundo junto de uma alta e útil verdade pela qual defende o Jurisconsulto romano, pleno de que sua ensinada doutrina alcance aquela constância saudável e perfeita coerência que o Sábio grego aspirava, isto é, a plena concordância das sentenças do intelecto com a determinação da vontade.

A denominação de *círculo* usada por Vico para significar as sucessivas evoluções da civilização humana deu margem a graves equívocos. Atribuindo ao nosso filósofo uma ideia verdadeiramente estranha de que, conhecida a perfectibilidade humana, o gênero humano recaí numa nova barbárie ao crer não ser possível alcançar um estado mais perfeito. Contudo, Vico usou o vocábulo *círculo* precisamente no sentido geométrico; porque o *círculo* não é uma curva, mas sim o espaço contido da linha que o circunda. Por um exagero, chama-se *círculo*, rigorosamente falando, tudo deveria ser denominado *circunferência do círculo*, e é ela que retorna de todas curvas fechadas até o ponto de partida. Vico significou convenientemente por esse vocábulo, a continua expansão da sociabilidade humana que se opera por desenvolvimentos sucessivos. Como se ela continuasse ampliando-se por uma série de círculos concêntricos ao partir do ponto central, conservando sempre seus próprios caracteres originários. Em Vico, figura sua ideia de que a sociedade sempre opera cada evolução diante dos olhos prospectos de Deus Ótimo Máximo, que com seus perfeitíssimos atributos são o Tipo contemplado assiduamente. A ideia mais exata e mais perfeita do progresso humano conserva sempre suas condições anteriores, como veremos proceder por graus sucessivos. Por outro lado, bem corresponde o modo similar de considerar desenvolvimentos da sociedade humana com aquele da natureza orgânica, na qual todos são considerados na mais ampla difusão. Se encontra sempre o embrião nativo com maior amplitude, sempre conservando seus princípios originários. Deste modo, a condição primitiva persiste como princípios fundamentais, ou seja, elementos essenciais e constitutivos de toda sociedade em que brilha a cada instante o tipo perfeitíssimo pela qual se orientam os desejos humanos.

Desta maneira, os consórcios humanos sempre se alargam, a sociedade familiar composta pelo pai, filhos e clientes se torna a Tribo das Gentes e das famílias de um mesmo ramo: por fim, a sociedade civil se compõe por *inúmeras Gentes ou Tribos, em pequenos territórios*.



Estas pequenas sociedades, certas da própria lei, se constituíram de modo totalmente independente e individual, ampliando-se do pequeno círculo de companheiros até que muitas sociedades se reunissem sob um Império comum. Logo, as crenças mais essenciais se acomodaram, tornando comum o anseio, o senso comum de humanidade, os interesses, os princípios comuns que inspiram a legislação, os esforços comuns que realizam úteis empreendimentos e se estendessem às obrigações da fraternidade comum. E possuíam direito de esperar que a união espiritual entre os povos incivilizados se torne cada vez mais íntima e eficaz, de modo a pouco a pouco atrair as civilizações mais resistentes, que se sentirão cada vez mais subjugadas pela natural preeminência das nações mais civilizadas e humanas, aquelas que resultam de maior sabedoria e do mais alto sentimento de unidade dos interesses humanos.

Todavia, uma essencialíssima diferença subsiste entre o modo que Vico entende o progresso humano, isto é, as efetivas condições da sociedade humana que se conformam, e a forma um tanto arbitrária e desconexa das mentes daqueles que comumente se predicam. Vimos como o progresso humano representado por Vico é uma perpetua evolução que gradativamente se realiza com efeitos sempre maiores. E mais atos acrescentam a soma das vantagens sociais, com a mais absoluta necessidade de reproduzir constantemente os princípios originais, ou seja, os elementos da sociabilidade que não podem ser interrompidos, fundamentando as condições de cada companhia humana. O grande conceito que se apresenta na mente mais inadvertida e totalmente mecânica em que apenas o possui, relaciona os passos seguintes e os precedentes sem intimidade própria, dependência orgânica e coligação. Vico demonstra que a sociedade humana se empenha na contemplação de um Tipo de absoluta perfeição, de uma operação sempre direta que afirma a existência de leis primordiais inseridas nas almas humanas que sempre se desenvolvem e sempre subsistem. Contudo, surgem tantos outros homens como aqueles que se atêm à noção vulgar daquele progresso indefinido, sem direção num caminho obscuro e desconhecido. Além disso, a equivocidade dos vocábulos e do aperfeiçoamento de cada avanço notavelmente percorrido também conduz a ruína. Não havia mais lugar para a prudência nem para as obrigações morais da conduta dos negócios mais importantes, abandonada à ventura desaconselhada, seguindo os cegos impulsos dos imprudentes e dos malvados. Além disso, os feitos dos nossos antecessores são considerados sob um aspecto desprezível na força de tal conceito, Revista Paranaense de Filosofia, v. 3, n. 1, p. 177 – 219, Jan./Jun., 2023.



necessitam ser julgados como aqueles dos indomados. Vico, ao contrário, permanece reverenciando a memória dos maiores e neles encontramos as criações das identidades dos princípios fundamentais por nós respeitados, reputando o dever de conduzir a melhor eficácia com a maior extensão.

A reverência religiosa dos maiores que sempre ocorre nas tradições humanas mostra que dela não falta importância das transformações civis. Atualmente, a antiguidade não é levada em conta em meio as declamações vulgares que imensuravelmente celebram a condição presente na Europa em nome do progresso moderno. São negligenciadas e desprestigiadas as nobres disciplinas que auxiliaram homens excelentes e que floresceram nos tempos em que a civilização italiana se difundiu com tanto esplendor por toda Europa. A despeito do universal costume da humanidade que os pais contêm, não se pode fingir surpresa que alguns jovens se arroguem o direito de intervir na ocorrência de rumorosas apresentações nos bancos das escolas públicas. Os verdadeiros melhoramentos não são rápidos e decisivos, não derrubam as barreiras que dividem as diversas ordem civis, nem manifestam os efeitos da fraternidade universal com raras e más dificuldades que mitigam ou exaurem as fontes. Um sábio e prudente governo introduz efetivos melhoramentos entre os velhos abusos de modo que, mesmo aqueles se intitulam adoradores do Progresso comparam toda a potência com os mais providos benefícios.

Os fundamentos e princípios de cada sociedade civil são sublinhados por Vico nos primeiros capítulos do livro para deduzir as leis universais, que se aplicam a inteira República civil do gênero humano. A Obra segue com a histórica série de desenvolvimentos sucessivos da sociabilidade humana, mostrando como a divina Providência estava amplamente presente, conduzindo os homens ao alcance daquelas leis idealmente demonstradas.

Nota-se que o estudo dos fatos conciliados por Vico com o verdadeiro método de pesquisa na filosofia e na política não exclui de modo algum a legitimidade da qual remonta as deduções. Estes fatos vêm à mente trazer a verdade sem arbitrariedade e assim, podem trazer seguramente a dedução das máximas particulares dos elementos essenciais da sociabilidade para cada aplicação especial, formando um único sistema científico. Mas tal sistema deve ser em conformidade com o exemplo do nosso Filósofo que buscou em cada



parte a conexão constante do exame dos fatos, pois, se eles não correspondem à prova, as suas consequências são ilegítimas e está presente nelas o elemento arbitrário.

Dessa maneira nosso Vico expõe nos primeiros capítulos as primeiras leis ideias, e assim, proclama a mais alta e útil verdade, seja em relação aos deveres da consciência privada e os que concernem a vida civil. Ele proclama existir entre os homens uma igualdade constitutiva que deriva de Deus, princípio único do qual procede o gênero humano de que o homem foi feito para comunicar socialmente a verdade e para compartilhar as utilidades. Assim, ele reproduz a teoria de Aristóteles *sobre a Justiça distributiva e comutativa* (Ética à Nicômaco, Livro V. 6,7 e 8), importante argumento que tentaremos elucidar em Nota especial⁴.

Passando para o direito penal que ele fundamenta no efeito produzido pela culpa na consciência do delinquente e sua infelicidade pessoal, cuja origem parte de dois vocábulos *poena* e *poenitere*, indicando que o castigo é o caráter essencial de cada penalidade. Vico não esconde seu desejo por condições da sociedade civil na qual a Potestade pública imponha castigos proporcionais aos delitos cometidos.

Segundo Vico, há na vida social uma correspondência entre os deveres absolutos de cooperação contínua (assistência recíproca e estreita fraternidade) dos quais derivam diretamente do mesmo fato do consórcio amigável e dos infinitos benefícios recebidos por aqueles que fazem parte. Deste modo, vínculos de cidadania se estreitam (ainda que os deveres mútuos entre os cidadãos possuam alguns limites), não menos do que aqueles em favor da pátria comum. As ideias de alguns modernos discordam deste princípio de que cada cidadão singular se mantém como centro próprio e independente, limitando-se aos deveres práticos e excluindo os ofícios mútuos dos cidadãos, mas eles não deixam de subsistir como consequência dos deveres religiosos, independentes das regiões citadinas. Boa parte dos ingleses são providos com tais teorias, cujas condições estão próximas das condições das outras sociedades europeias. Uma diferença essencial pode ser pontuada, pois quando o povo não está aliado pelo Comum não existe aquele liame particular da vida comunal, que resulta em importantes vantagens comuns, tornando os habitantes cultos e potentes. Tais costumes

⁴ Ver a nota na página 300.



de isolamento e independência individual não constituem o presente que corresponde às teorias políticas que, à mercê de Deus, mal se alinham aos contratos mútuos da civilização antiga que marcaram profundamente o uso e a necessidade de consórcios mais estreitos.

Ao examinar o desenvolvimento histórico da sociedade, nosso Vico reconhece os elementos políticos que concorrem e possuem um melhor contraste com o aperfeiçoamento universal, oferecendo análises profundas que adentram nos elementos intrínsecos das várias formas de governos políticos. A perpétua luta entre o Patriciado e a Plebe estudada acuradamente na história Romana apresenta simultâneas ações de duas forças contrastantes inerentes à toda sociedade humana, condição absoluta de todo progresso social. Não obstante, os elementos inimigos conduzem diariamente a mesma força das coisas para operar conjuntamente acordos pacatos e comuns. Dessa maneira, os contrastes absolutos e as irremediáveis oposições se encontram apenas no campo da teoria, enquanto na realidade, ocorrem as oposições e acordos a todo instante, mostrando que no mundo social e natural, uma força superior equilibra as forças opostas, as orientando e as unindo para cumprir uma obra comum. Basta o sentimento comum para produzir os comuns e necessários consensos entre as várias classes da Sociedade, embora dissidências profundas e extraordinárias surjam de repente, elas acabam com a ação enérgica da Potestade pública, suprema juíza da discórdia civil, e a vontade universal se faz comum salvação.

Segundo nosso entendimento, ninguém demonstrou mais profundamente que Vico a natureza própria e inerente do patriciado. Ele revela que os patrícios surgiram de uma presunçosa superioridade natural em relação aos plebeus, os patrícios romanos se consideraram deuses mortais por se considerarem filhos dos Deuses, negando aos plebeus todo o comércio das religiões, casamentos, comandos públicos e razões civis. Eram *Viris* os patrícios, eram *homens* os plebeus. É importante observar que a *Virtude* (*Virtus*) era a qualidade dos *Viris* patrícios, símbolo de suas disposições violentas buscando atentamente a defesa de sua proeminência absoluta. Dos plebeus se originou o nome de Humanidade (*Humanitas*), e permanece até hoje o significado do sentido mais amplo de recíproca gentileza e fraternidade universal.

O patriciado restringe a observância de costumes fixos invocando a reverência as leis consagradas para manter o direito antigo que é expressão de sua proeminência. A plebe



exige uma Razão igual, *Equidade*, porque se fundamenta em princípios do direito natural que é mais amplo e humano, ultrapassa as leis efetivas cujo império não abrange as novas necessidades.

Para Vico a *Lei Agrária* é um feito da antiguidade recôndita que procedeu todas as outras provisões políticas, antecedendo a fundação da sociedade política. Nos tempos remotíssimos, a Sociedade era restrita à união das tribos compostas por famílias de um mesmo ramo, donde surgem as *Gentes Maiores*. Esta provisão necessitou que os Pais recorressem a conduzissem seus clientes na concessão de condições iguais, que recuperam as obras abandonadas que não podiam mais suportar a gravidade das antigas razões. Mas o conflito se renova toda vez que a plebe não se sujeita as condições impostas pela avareza dos patrícios, desaparecendo a oposição pacata, não se alargam nem melhoram a condição dos plebeus.

As razões que sustentam e executam os trabalhos materiais são propostas por direitos hereditários, pois havia direção intelectual das obras que as determinava cotidianamente de modo espontâneo e pacato (como tratamos ao falar das condições recíprocas das várias ordens sociais). Por vezes, ocorrem circunstâncias em que a classe superior nega as justas e moderadas demandas, surgem contradições bestiais que resultam em turbulências perigosas entre os trabalhadores incitados por espíritos mal-intencionados e preguiçosos. A Potestade pública demonstra o seu natural ofício de prover o interesse universal, se esquiva dos feitos ruins de humor similar para manterem-se vivos os impulsos da atividade pública pelos quais crescem e conseguem a retribuição das obras. As vezes ocorre num lugar determinado ou num empreendimento especial, algum desconcerto particular que não é fácil nivelar quando os sofridos envergonham diretamente todas as partes do corpo social. Não há outro modo de reunir os entes sensíveis ao universal que particularmente tudo se reverte, de tão íntima que é a conjugação do corpo social e de todas as partes que lhe envolvem. Os oportunos impulsos e sábias provisões bastam por si para reduzir as coisas e regularem sua condição habitual.

A sagacidade de Vico é de se admirar, pois ele adentrou gravemente num argumento para toda e qualquer consideração política. Porque os fundamentos políticos de um estado não são saudáveis se desconsideram os interesses das classes mais numerosas, como é o caso da condição dos agricultores e das pessoas dos vilarejos que lutaram contra as piores



consequências do sistema feudal. Tal era a condição dos agricultores franceses antes de serem parte dos poderes em 1789.

Voltando as coisas Romanas, a obstinação com a qual defenderam os patrícios as suas vantagens particulares são percebidas desde as primeiras leis contra os devedores. Elas ocorreram outras vezes com artes ocultas que buscavam tirar dos plebeus a possibilidade de qualquer riqueza. A usucapião e outras mil formas de prepotência aristocrática fizeram com que se apropriassem dos recursos da plebe, tal Jurisprudência misteriosa e incerta – complexa relação de fatos e intenções – são as práticas perpetuas da aristocracia expostas por nosso Vico com grande profundidade. Suas palavras são notáveis: “As leis do Direito privado produzidas durante a República livre foram quase todas feitas pelos *Tribunos* e favorecem as razões populares porque é costume dos fracos requerer dos fortes a razão igual, e sendo o voto comum, os fortes não haviam leis para eles. Por isso devemos ter por máximas e constantes reguladoras, aquelas Leis Tribunas, incitadas em vista de alguma injustiça dos fortes ou para superar alguma ameaça oculta à Potestade”

Assim as classes que se encontram num grau de inferioridade se reúnem e buscam participar das vantagens sociais. Os Patrícios não querem se prejudicar, recebem bons frutos da condição aperfeiçoada do povo embora se prejudiquem de todo erro. A essência do espírito dos Patrícios é desconsiderar tudo aquilo que não lhes tenha utilidade e não lhes pertença exclusivamente. Desprezam a Sociedade, as razões humanas e tantas outras coisas menores que formam uma longa cadeia que tudo relaciona e por isso não pode ser desconsiderada. Em todo estado singular reluz o universal e, cresce cada potência individual para todos. Capitães e militares valiosos acabam por dirigir e governar as obras úteis da sociedade quanto mais honras e lucros receberam e quando lhes são cedidas as maiores a mais valiosas indústrias. Se desenvolve mais nos lugares em que a ignorância e a pobreza inexistem, e os maiores e os menores se sentem filhos de um só pai e todos participam dos desígnios de Deus de corpo e alma. Vico recorda o dito socrático de que a ciência é uma virtude e que a ignorância causa todo mal. Disto, pode-se dizer que a má vontade e a ignorância (e o puro efeito de ignorância e má vontade) são as verdadeiras e efetivas consequências da pobreza, enquanto a mente e a boa vontade de reunir com esforços são ordenados e regidos pela ciência, e abrem as perenes fontes de toda abundante riqueza.



As sociedades políticas são historicamente oriundas uma das outras, desde os primeiros e distantes passos dos tempos passados, o que dificulta a pesquisa baseada na origem das tradições históricas. Contudo, nosso Vico observou que os tempos históricos também constituem novas sociedades políticas que nos tempos modernos podem confirmar as considerações e os princípios por ele considerados. Estas novas sociedades políticas se formam espontaneamente quando uma perigosa ameaça comum faz com que novos corpos políticos se formem com novas e mais amplas razões. Ele cita na história antiga a Liga dos Aqueus e nos tempos modernos a República Suíça nos Estados Unidos da Holanda como exemplo de tais coligações. Após as guerras concluídas, ele aproxima por suas leis e alianças, dando lugar aos novos caracteres de comando e de obediência. Mas Vico não desenvolveu muito este estudo apesar de deduzir conclusões importantíssimas. Me impressiona que Vico tenha pensado sobre isso e escrito em Nápoles durante o duvidoso governo do Vice-rei espanhol, um dos piores do mundo.

De fato, é desejável que a ordem ideal continue, que as deliberações políticas se orientem para o estudo daqueles consórcios amigáveis que são produzidas quando os homens reúnem seus esforços para buscar uma vantagem comum, ou para se opor a um perigo notável da qual não se pode evitar.

Por esse motivo, nas sociedades particulares em que o homem se desenvolve livremente em companhia especial da sua natureza social, surge de modo espontâneo aquela forma recíproca de dependência que se adequa melhor ao interesse comum. Em nosso entendimento, se estas formas espontâneas fossem estudadas, o campo das observações políticas se alargaria bastante em vez de permanecer restritos as falácias que muitas vezes escondem condições diversas das formas políticas de governo. Aceita-se que o gênero possa se referir aos consórcios extraordinários, como aqueles dos militares que no limite do ataque estão cheios de práticas fracas, privadas de toda assistência externa, baseiam toda esperança na própria virtude –como é o caso das viagens perigosas na companhia dos mercadores e outras tantas. Alguns talvez buscassem disseminar as razões que se estabelecem em consórcios similares, recolhendo elementos preciosos que ajudam muito aqueles que administram as leis gerais e necessárias, que obedecem a cada manifestação da sociabilidade humana, aplicando ao estudo dos governos civis as deduções mais gerais que negavam formas



políticas que lhes contrapõe porque são produtos de arbitrariedade e de artifício. Por isso, as Sociedades políticas não diferem genericamente das outras conjunções nas quais se desenvolve o companheirismo natural do homem, sendo a razão mais ampla de todas aquelas, que abraça a universalidades dos interesses e razões humanas que contribuem muito para a felicidade. As melhores formas são aquelas adequadas à natureza humana e que correspondem à sujeição recíproca que espontaneamente produzem cada presunção teórica de modo independente. Desse modo, dois elementos que se encontram em cada expansão da atividade humana concorrem: a natureza e a arte. A natureza representa as criações vivas e naturais da alma, enquanto a arte engloba as reflexões artificiais e estéreis combinações da mente, que se conduzem aos princípios metafísicos que analisamos anteriormente, em torno da ação recíproca da faculdade criadora da mente humana, que é soberana e ordena suas criações.

Considerando as razões mais recônditas e os consórcios mais especiais, se pode notar duas condições de generalidade: a unidade, *liberdade e plena imputabilidade* do comando. O conselho, *concurso consultivo muito prudentes e autorizadas entre as companhias*, a obediência violentamente consentida e mantida pela confiança geral.

Dois italianos importantes, Maquiavel e Vico, tornaram os romances históricos objeto de suas meditações e sobre elas fundaram a sua doutrina política, cada um desses seguiu um método próprio e buscou fins distintos. Os dois participam da via gloriosamente percorrida pela qual a Itália conseguiu o elogio de haver criado a filosofia política por um, e pelo outro, de haver iluminado com uma nova e esplendíssima luz os seus aspectos. Por isso, os dois elementos dos fatos políticos se oferecem nas meditações dos filósofos, tanto do homem como da concatenada série de eventos dos fatos históricos. Se o homem desenvolve sua atividade em meio a eventos conflituosos e desastrosos, os benefícios úteis, prudentes e espirituosos se mostram inúteis e nocivos, temerários e mesquinhos. Consequentemente, as virtudes políticas e os vícios que lhes contrapõe podem ser consideradas em si mesmos apresentando a história no campo donde as livres tendências da atividade humana se desenvolvem. De tal natureza foram as considerações que mostraram o iluminado e acurado engenho de Maquiavel e formaram uma doutrina. Não elogiamos sua suficiência, pois seus conceitos especiais surgiram de tempos confusos e cansativos.



Surge, por outro lado, o modo com o qual as forças inerentes na sociedade humana vêm sucessivamente a se desenvolver, por todas as fases de suas evoluções progressivas. E por isso, o gênio incomparável de Vico buscou dizer tudo que penetrasse nas condições naturais do viver social, buscando o íntimo espírito das Ordens, das instituições, das leis, estudando as transformações necessárias e em quais fatos coletivos alcançando uma prepotente e invencível força contra a qual vão querer contrastar as vontades individuais.

Note-se que esses dois aspectos da História refletem a dualidade mencionada anteriormente e o argumento sobre o eterno problema da existência do livre arbítrio do homem diante da imutabilidade dos eternos ditames de Deus. Essa antítese perpétua entre os termos contrários do senso comum, inegavelmente confirmados pela consciência humana de todos, apoia-se firmemente nas crenças universais instintivas. Portanto, permanece desconhecida na alma humana a dupla crença da ação exercitada pela Providência divina sobre o governo da humanidade, pleno de liberdade que o homem busca seguir ou combater. Logo, a lei do dever da mão de Deus, impressa profundamente na alma do homem, não pode corresponder harmoniosamente com a lei que governa o desenvolvimento do gênero humano. Isso ocorre porque a mente humana não consegue distinguir claramente a correspondência e a conjugação desse duplo aspecto do *Fas* divino.

Nela, a virtude que guia os homens entre os tumultos dos acontecimentos faz com que eles busquem livremente os decretos gerais da Providência. Sendo assim, o governo dos Povos segue cada operação as luzes da consciência, demonstrando as necessidades justas, prudentes e espirituosas de cada conselho, que auxilia com a força de suas mãos, que cresce cada vez mais, percorrendo em toda parte os consensos e as cooperações. Os malvados, pelo contrário, acumulam obstáculos e resistem a força que repousa em suas mãos impotentes e inoperantes. Entretanto, mesmo quando os atos dos seus próprios interesses não ocorrem em favor de tendências úteis e necessárias para eles, para usar as palavras de Vico, seguem de modo inconsciente os conselhos da Providência, e nas palavras magníficas de S. Agostinho “*volentes ducit, nolentes trahit*” a Lei conduz de modo brando aqueles que seguem seu caminho apaixonadamente e alcança violentamente aqueles que resistem aos seus Decretos.

Paris, 31 de agosto de 1865.



PREFAZIONE DEL TRADUTTORE

Carlo Sarchi

Il libricciuolo da noi tradotto con ogni diligenza per quanto meglio abbiám saputo, e cui umilmente offriamo al pubblico Italiano, contiene racchiusa in ristretta mole una vaste e potente dottrina, essendovi magistralmente e con metodo veramente scientifico dichiarate le più alte verità, che riguardano ed alla contemplazione ed alle operazioni. L'uomo che questo scritto vorrà attentamente meditare vi troverà i migliori conforti nelle sciagure e i disinganni, che conturbano ed amareggiano ogni umana vita, e per questa meditazione egli vedrà eziandio andar dileguandosi quei penosi dubbi, da cui son travagliate le menti più salde, allorché dansi a considerare le tante contraddizioni delle umane vertenze, i dolorosi spettacoli offertici dalla storia, le miserie, che si aggravano sovra tanti infelici, la lentezza di ogni miglioramento, le resistenza che attaversano i più equi e provvidi consigli. E nel pensiero del nostro Vico penetrando, d'ogni lato gli s'offriranno prove luminosissime, atte a convincerlo che al governo delle cose umane è preposta, non la forza sprovvista di ragione, non il cieco caso, ma l'instancabile Provvidenza, l'assoluta Bontà del Sommo Iddio, la quale rifugge nelle successive evoluzione delle umane società, non meno che nell'ordine degli spazii celesti, e nelle splendide produzione della natura.

Nel *Proloquio*, che dà principio al presente libro, ci narra il Vico come da gran tempo era travagliata la sua mente dalle opposizioni di quei tanti, che dai tempi ov'ebbe principio la filosofia fino all'età nostra vanno ostinatamente negando l'intervento della divina Provvidenza nelle condizioni umane, volendole sottoposte ad una sorda e cieca fatalità, e non vedendo in esse altra cosa se non il regno della violenza e dell'astuzia. Sovra ciò meditando assiduamente il nostro filosofo, gli s'offerse ad un tratto un luogo del dottissimo Varrone, in cui questi alla *Formola della Natura*, cioè alla naturale ed effettiva concatenazione delle cose, fa corrispondere l'idea di un Sommo Iddio, creatore dell'Universo, per la cui Provvidenza ogni singola parte del creato trovasi appostata nel luogo più confacente e migliore.

Convinto il Vico che la divina Provvidenza estendesi all'uomo ed alle intelligenze come al mondo materiale, ne conchiuse che la contemplazione dei fatti umani doveva chiaramente



dimostrare esser dessi dalla Bontà divina sapientissimamente governati, e che perciò non potevano in alcun modo sussistere le opinioni degli scettici, ad ogni ora ripetute dagli spiriti inavvertiti e leggieri.

Egli riconobbe adunque che per raggiungere la verità non doveva il filosofo andar rivolgendo gli arbitrari concetti della propria mente, ma bensì ricorrere all'attento studio delle spontanee manifestazioni delle forze insite nel genere umano, alla disamina della serie dei fatti umani quale l'ha ordinata Iddio Ottimo Massimo, che per essa, non meno che per quella dei fatti naturali, manifesta gli attributi della sua Provvidenza.

A chi vuole intraprendere un simile studio appare in prima l'Uomo, formato di animo e di corpo, quello a questo sovrastante, questo cogl'indeiniti e fluttuanti moti del senso, quello pensando *stabili concetti*, facendo *perpetue* le risoluzioni del vario e sempre vagante volere, e riducendole perfino al grado *di obblighi inviolabili e di sagrosante promesse*; l'Uomo, infine, inclinato a ricercare il *Vero*, ad operar *l'Onesto*, e ad effettuare *il Bello*.

Laonde alle argomentazioni degli scettici ha voluto il nostro Vico contrapporre le spontanee tendenze dell'umana natura quali si palesano nei successivi sviluppi della società. Imperocchè in tutte le forme sotto le quali dispiegasi l'umana sociabilità, veggonsi esercitate tutte le compagnevoli operazioni sotto l'imperio dell'idea del *Dovere e del Diritto*, la quale emana dalle profondità dell'umana coscienza, e sempre e dovunque assume la direzione delle corporee utilità.

Il libro *De universi juris principio et fine uno* è di tutte le opere del Vico quella, ove, a nostra sentenza, trovasi esposta la sua dottrina in modo più sistematico e generale. Nei libri susseguenti rimase ingombrata la sua mente dall'ingente mole dei fatti speciali, ch'egli voleva ridurre sotto alle sue formole, applicandovi a tutta forza le sue etimologiche induzione. Ai tempi del Vico erano ancora ignorati dai dotti gli antichi idiomi dell'India e della Persia, e tenebre oscurissime velavano le egiziane antichità; perciò non potevano riuscir probabili ed avverate le sue arditissime ipotesi. Mancavagli (come mancherebbe tuttavia anche al presente, dopo le tante scoperte della moderna filologia) una face atta a rischiarare la ricostruzione da lui tentata del mondo dell'antichità, quale egli si produsse nei tempi anteriori ai racconti della storia: ardua impresa, ch'egli sperava condurre a buon fine per via d'induzioni tratte dall'ingegnosa interpretazione delle tradizioni poetiche, e dal confronto di alcuni vocaboli di poche favelle.

Revista Paranaense de Filosofia, v. 3, n. 1, p. 177 – 219, Jan./Jun., 2023.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



Perciò il suo genio ardentissimo andò sempre maggiormente inciampando quando più volle addentrarsi nei particolari, e di ciò fan prova le mal fondate ipotesi, di cui abbondano quei suoi scritti, e di cui è riboccante la *Scienza nuova*. Ma nel suo Trattato *De antiquissima Italarum sapientia ex linguae latinae originibus eruenda*, come nel presente libro, appoggiatosi al sagace ragguaglio di alcuni vocaboli, e di parecchie tradizioni, egli seppe restringere il campo delle sue investigazioni, e riuscì pertanto ad aprire agli studii filosofici una via non mai calcata, quella dell'accurata disamina delle esterne manifestazioni dell'umana attività, mostrando in tal guisa, che siccome disaminansi i naturali fenomeni quando si vuol ricercare le leggi che reggono il mondo materiale, debbesi ugualmente, ogni arbitraria considerazione tralasciando, osservare e sagacemente disaminare i fatti sociali, quali spontaneamente si producono, per indurne di poi le naturali e proprie disposizioni delle umane Società.

Sono le favelle la propria ed adeguata manifestazione dell'umano intelletto; per esse più intime e sottili sue operazioni fansi permanenti e visibili, e possono dar luogo a precisa disamina, a determinati ragguagli ed a fondate generalizzazioni. Sovra l'attento studio di alcuni latini vocaboli fondò il Vico la dottrina esposta nel precitato suo Libro de *Antiquissima Italarum sapientia*, e vi seppe rinvenire una compiuta e non arbitraria Metafisica in ogni sua parte ben connessa, e conforme alle più rette, alle più universali umane direzioni.⁵

E chi porrà mente al valore scientifico del metodo indicato dal Vico ed alla sua efficacia per dare alla Psicologia un carattere di positività, e di scientifica esattezza, chi vorrà, in pari tempo, valutare il sommo pregio delle verità raggiunte dall'esimio nostro filosofo in questa nuova e sicurissima via, non potrà trattenersi dal sorridere, sovvenendogli alcuni moderni decantatissimi libri, i cui autori vantavano i nuovi metodi da essi ritrovati, promettendo di ottenerne il rinnovamento della Filosofia, in mercè di ciò ch'essi nominavano *l'osservazione diretta dei fatti interni*, i quali dovevano essere direttamente disaminati e classificati, nell'atto istesso ove venivano ad affacciarsi alla mente inattiva del paziente osservatore.

Non di passo men sicuro procedette il nostro Vico nella meditazione del presente Libro. Lo studio di alcuni vocaboli, il testo di qualche legge, parecchi passi dei più autorevoli romani

⁵ In leggendo quell' Opera, fu tanta l'ammirazione dell'autore, in allora ancor giovane, della presente Traduzione, ch'egli intraprese nel 1831 di farne, in lingua francese una versione, cui non ebbe pertanto l'ardimento di rendere di pubblica ragione.



Giureconsulti, un picciol numero di fatti storici instancabilmente disaminati da tutti i lor lati ed in ogni più minuta lor circostanza, gli bastarono a rinvenire le leggi fondamentali, alle quali ubbidiscono le umane Società nel loro progressivo sviluppo. Le considerazioni del nostro Vico fissaronsi principalmente sugli Annali e sulle leggi dei Romani, e ciò a buon diritto, per la parte tanto preponderante avuta dal Romano Imperio sopra i destini del montò antico e del mondo moderno. Ma in istudiando le successive trasformazioni della Romana civiltà, egli seppe trarne le più legittime generalità, e nello spettacolo delle leggi romane fattesi sempre più miti ed umane, della romane plebe giunta gradi a grado a svincolarsi dagli strettissimi legami che l'oppressavano, di quell' orgoglioso Patriziato, dopo la più tenace resistenza condotto ad abbandonare l'una dopo l'altra ogni ragione della sua oppressiva superiorità, egli ci fa ravvisare le generali condizioni di tutte le Plebi e di tutte le Aristocrazie. Ed egli ci convince esserci tali stupende trasformazioni prova luminosissima che al governo delle cose umane è preposta la divina Provvidenza, ai cui decreti vengono inconsciamente a concorrere gli uomini anche più perversi, per essere le loro prave inclinazioni da Lei rivolte all'universale vantaggio, venendo i loro atti ad agevolare il lento ma continuo miglioramento delle condizioni dei popoli.

Pertanto il Vico spande una nuova ed inattesa luce sopra la Romana Storia, anticipando, ed anzi di gran lunga oltrepassando i più celebrati lavori degli autori, che dopo lui, e spesse volte le di lui idee audacemente usurpando, ne hanno intrapresa la rinnovazione. E benché fosse più alto lo scopo ch'egli voleva raggiungere, ogni qual volta gli occorrono i documenti del gius Romano, egli spande sovr'essi tutto il chiarore della sua mente, spiegando difficoltà, che avevano trattenuto i più rinomati interpreti, e vivificando in ogni sua parte la giuridica dottrina, col ravvicinarla di continuo alle politiche condizioni del popolo Romano. Imperocchè egli ad evidenza dimostra che le leggi ed il modo onde vengono interpretate ed eseguite, sono il perpetuo riflesso dello stato politico dei popoli, e delle ragioni effettivamente stabilite tra i varii Ordini che compongono la civil società.

A nostra sentenza, il punto essenziale della Dottrina ordinatasi con tanta potenza nella mente del Vico, è la conciliazione da lui intrapresa della *Ragione* e dell' *Autorità*, quando prima di lui quei due elementi delle umane operazioni erano stati sempre considerati dei filosofia, dagli storici e dai Giureconsulti come genericamente opposti, e perpetuamente contrastanti.



Qui fa d'uopo avvertire che il vocabolo *Autorità* viene usato dal Vico in un senso tutto proprio, più generale dell'ordinaria sua significanza, ma che comprende i vari sensi ond'egli è comunemente ricevuto; il qual nuovo significato sarà da noi in appresso ampiamente dilucidato, onde poterne dedurre conseguenza relevantissime. Basterà al presente l'avvertire che le successive manifestazioni dell'*Autorità* equivalgono, nella lingua del nostro filosofo, alla continuata serie delle sociali trasformazioni e degli umani progressi.

Il genere umano è naturalmente provveduto di compagnevoli istinti; questi per gradi si sviluppano, sempre allargandosi e sempre migliorando; perciò gl'instituti ed i legali provvedimenti successivamente prodottisi fannosi sempre più equi ed umani, fino a raggiungere nelle loro positive effezioni quei medesimi concetti, ai quali tardi ed a stento pervennero i filosofia coi più astrusi raziocinii.

Laonde non la riflessione ed i discorsi della mente, ma una forza attiva e creatrice insita nell'uomo, produsse spontaneamente la storica successione di quelle istituzioni, di quelle leggi, che meglio corrispondevano alle effettive condizioni delle umane Società. Adunque nelle idee del Vico alle filosofiche disquisizioni prevale l'effettiva e spontanea produzione dei fatti politici, quale ce la dimostra la storia. Ma egli non intende però che tale preminenza del fatto politico e dell'istorico elemento debba ostare all'uso legittimo delle discorsive disquisizioni, né inciampare l'andamento dei popoli verso uno Stato sempre più largo, e dove sempre più trionfi l'equità. Imperocchè egli considera che la *Ragione* e l'*Autorità* indissolubilmente congiunte aiutansi a vicenda a concorrono amendue alla perfezione del viver civile. Nè forse giunge inopportuno di qui ricordare, come in ben altro modo, e con mire del tutto opposte all'intento del nostro filosofo, siensi prodotte le insidiose teorie della famosa *Scuola storica* tedesca, le quali troppo giovarono ai nemici dell'umanità col coprire i più troppo giovarono ai nemici dell'umanità col coprire i più gravi abusi del manto delle scientifiche induzioni, e col fare orrevole la più inopportabile disuguaglianza, quando, in fatto, quei giuridici sistemi offrivano la teoretica corrispondenza delle politiche violenze del 1814 e del 1815.

Ella è cosa tutta propria dell'età nostra il vedere menti ingenosissime adoperarsi a tutta possa per difendere in nome della scienza ogni avanzo d'instituzioni decadute e fattesi incompatibili colle condizioni della moderna civiltà. In Germania, più che in ogni altra parte, la più vasta erudizione è venuta in aiuto degli aristocratici interessi. Ivi vollero provare i



giureconsulti che le invecchiate leggi, le quali in gran parte d'Europa conservano tuttora tanti avanzi del gius feudale, sono legittima e necessaria espressione del proprio genio dei popoli germanici. Ed a più lontane regioni rivolgendoci, ritroviamo negli Stati Uniti d'America aver fondata i naturalisti sopra una mentita essenziale differenza dell'organismo delle varie razze umane il diritto e chi sa? Forse anche il dovere di mantenere i miseri neri in istato di perpetua schiavitù!

E qui viene in acconcio il ricordare che nel presente libro il nostro Vico ha provato irrefragabilmente non risultar punto le feudali costumanze dall'indole speciale di una qualsiasi razza, ma corrispondere bensì a un dato grado dell'umana civiltà. Imperocchè all'atto invasione delle provincie del Romano Imperio, il modo di possedere i conquistati fondi, e di trasmetterne ereditariamente il dominio venne unicamente determinato dai rozzi concetti e dalle patrie usanze delle genti conquistatici, in tal guisa formandosi quel complesso di ragioni che costituisce *il gius feudale*.

Pertanto dopo dodici secoli ance oggidì mantengonsi siffatte leggi in gran parte d'Europa, in mezzo a uno stato politico fondato sopra basi al tutto diverse. E se, d'altra parte, vogliamo considerare la Romana civiltà, vediamo al contrario esser state rapidissime le evoluzioni della plebe, ed in uno spazio di pochi secoli essersi trasformata la Romana legislazione, condotta in quel breve tempo dalla durezza della legge delle XII Tavole e della crudeltà delle giuridiche costumanze che l'han preceduta al gius Pretorio, che facevasi gradatamente sempre più mite; quindi giungendo all'umanità, all'equità delle Leggi imperiali, ed infine alla legislazione Giustiniana rispettata acne al presente come uno dei più splendidi monumenti del genio umano. Poterono adunque le feudali ragioni illese mantenersi in mezzo alle tante cagioni, che ne dovevano procurar la rovina; Esse seppero resistere all'influenza dei Comuni, i quali erano fondati sopra principii opposti a quelli della Feudalità, di quei Comuni, che nella barbarie del medio Evo furono il fonte da cui derivarono tutti gli elementi della moderna civiltà. Né valse l'introduzione della stampa a contrastare al mantenimento delle feudali costumanze, né tampoco il Risorgimento delle nobili discipline, e la Riforma religiosa avvenuta nel secolo XVI, né le tante conquiste del sapere umano, né la crescente importanza delle classi mercantili ed industriose. Anche gli atroci supplizi dei tempi più barbari poterono durare fino agli ultimi anni del secolo passato, quando all'incontro alle romane memorie



ricorrendo, osserva il Vico che l'acerba ed estrema forma di supplizio imposta *more majorum*, ai tempi del Re Tullo era stata pacatamente ricevuta dal popolo, né aveva eccitato alcun senso di repulsione abbenchè colui a cui sovrastava quel gastigo fosse quell'Orazio, quell'Eroe, a cui doveva Roma la sua salvezza; ma venuti i tempi di Cicerone, quell'istesso supplizio sollevava l'universale indegnazione, come lo dimostrano le parole di quell'Oratore tratte dalla sua difesa di C. Rabirio, per le quali egli veementemente accusa il Tribuno T. Attio Labieno di voler far rivivere *quelle aborrite formole fattesi viete, non solo per le tenebre della vetustà, ma eziandio per lo splendore della Romana libertà*. Non saremmo perciò in diritto di conchiudere da simili sconfortanti ragguagli, che nei tempi moderni fu condotta con arte sapientissima la difesa dei vecchi abusi, conservati con più tenace ed inflessibile ostinazione, che quella dispiegata dai Claudii, dagli Scipioni, e dai Fabii in pro delle loro vacillanti ragioni? Soccombette in pochi secoli la maggioranza del patriziato romano, ma la moderna aristocrazia seppe mantenere illesi i più effettivi elementi della sua preminenza, in ciò aiutata dagli accorti consigli e dalle sottili teorie di scaltrissimi ingegni, che anche al presente riescono tutto giorno a ravvolgere in mezzo a densissime tenebre le più evidenti verità, perciò destramente giovandosi di ogni forma della moderna libertà. Senza che, non potrebbesi supporre che una forza potentissima ed ignota all'antichità sia venuta nei tempi moderni a coadiuvare al mantenimento dei vecchi abusi?

Ma egli è mestiere ritornare alla esposizione delle idee fondamentali del presente libro, dalla qual ci siam lasciati tampoco traviare.

Alle divina aseità, alla divina Essenza, che racchiude e concentra ogni divino attributo, fa corrispondere il nostro Vico nell'uomo, fatto alla divina simiglianza, una facoltà per cui manifestasi ogni sua attività, e da cui si diparte ogni sua imperativa determinazione: ella è da lui nominata *Auctoritas*, Autorità, vocabolo ch'egli fa derivare dal greco *αυτός*, *il proprio, il desso*, volendo con ciò significare la *sostanziale unità* dell'umana natura, principio di ogni *la sostanziale unità* dell'umana natura, principio di ogni umana attività, tanto dell' *attività cognitiva*, quanto della *pratica ed operativa*. Quella sovrana facoltà, in cui concentransi, secondo il Vico, tre elementi indivisibili, *la cognizione, la volontà e la possanza*, con Dio comunicando, ne deriva ogn'immediata percezione del mondo intelligibile e del mondo sensibile, e quindi elle somministra alla *cognizione* la materia dei riflessivi concetti, ed alla *volontà* quella degli operativi consigli.



All'*autorità* riporta adunque il Vico la produzione di tutte le politiche e giuridiche istituzioni, per le quali viene a manifestarsi effettivamente il genio compagnevole dell'uomo. Vengono desse a prodursi per successive evoluzioni, le quali con ampiezza sempre maggiore si dispiegano, dando luogo in cadauna di esse a quelle esterne e positive determinazioni, che meglio si confanno alle presenti condizioni. In tal guisa l'uomo alle sole sua forze ridotto, e privo d'ogni estranea assistenza, dispiega *la monastica* (solitaria) *autorità*; il Padre di famiglia, a cui compete il governo dei figliuoli e dei clienti, che compongono la *società familiare*, possiede *l'autorità economica*; la pubblica Podestà investita della balía di reggere la civil società esercita *l'autorità politica o civile*.

L'*autorità* non va mai disgiunta *dalla ragione*, ch' è uno dei suoi intrinsechi ed inseparabili attributi. Perciò ella non contrasta alla ragione, anzi di continuo sen giova, sempre allargando o perfezionando le proprie determinazioni, affine di togliere in esse le contraddizioni, che tanto alla mente umana repugnano. Perché è proprio della *mente*, della *riflessione*, del *discorso*, il coordinare, il migliorare, l'allargare le istituzioni, come spetta all'*autorità*, alla facoltà creatrice e superiore, di spontaneamente costituirle. Vuolsi pertanto avvertire che tal distinzione è dottrinale e non assoluta ed effettiva, perché non vanno mai disgiunte le umane facoltà. È ugualmente ufficio della mente, della ragione, sempre la verità delle politiche condizioni considerando, di somministrare le provvide e prudenti esecuzioni, le larghe ed eque interpretazioni, con ciò preparando ogni nuova politica e giuridica espansione, dando luogo agli ulteriori progressi, e togliendo ogni adito ai violenti contrasti. Laonde non produconsi i dissidii fra la *ragione* e *l'autorità*, fra la teoria giuridica, e le leggi positive, fra la volontà dei popoli ed i politici ordinamenti, che quando forme sprovvedute di effettiva utilità vengono fuor di tempo mantenute ed osservate, volendole alcuni pochi ostinatamente mantenere, con disvantaggio dell'universale. E dimostra il nostro Vico qualmente a coloro che hanno l'incarico d'interpretar le leggi, com'eziandio a quelli che nei pubblici uffici, dai più alti ai più infimi, rappresentano la pubblica Podestà, spetti di provvedervi con savie interpretazioni, e con esecuzioni prudentissime.

Osserva il Vico essere universal costume degli uomini di collegare l'esercizio dei legali doveri colle idee di Religione e col culto degli Dei, e non essersi giammai prodotte le leggi senza una religiosa consacrazione, che ne accrescesse grandemente la validità; la qual



sanção suprema andò ognor rivestendo forme migliori, dando luogo a concetti più meditati e più alti, e riponendosi finalmente nella santità d'Iddio purissimamente adorato nei suoi divini attributi.

A chi studierà attentamente l'aureo lavoro del nostro Vico potranno sfuggire le tracce evidenti delle precauzioni impostegli dalle estreme difficoltà dei suoi tempi. Esempii recentissimi, rigori ognor presenti gli consigliavano di fermare il suo pensiero nelle più alte generalità, schivando ogni aperta e determinata conclusione, il cui menomo indizio lo avrebbe esposto a gravi pericoli. A ciò vuolsi ascrivere l'introduzione di buon numero di prudenti espressioni, com'eziancio la rattenutezza con cui venne da lui esposta la gravissima sua dottrina dell'*Autorità*, ch'è a nostra sentenza il concetto fondamentale del suo Libro. Riesce adunque opportuno di dare a quell' argomento un qualche sviluppo, e di trarne quelle immediate e legittime conseguenze, che meglio ci sembreranno rispondere all'originario pensiero del nostro filosofo.

L'*Autorità* dell'uomo ritrae immediatamente dalla Ragione divina, di cui egli è partecipe, la percezione di ogni reale ed obbiettiva esistenza, quella del Sommo Iddio e quella della sensibile Natura, l'uomo dalla divina comunicanza derivando il principio di ogni cognizione, e quello di ogni operazione.

Laonde l'*autorità* diparte *alla mente* la materia dei suoi concetti, *alla volontà* gli elementi dei suoi consigli. E ben vuole dimostrare il Vico che *la mente* e *la volontà* ritraggono amendue da un fonte comune il principio della loro attività, quando ci afferma: *essere genericamente nelle cose della cognizione, come in quelle dell'operazione uno ed eguale l'assentimento, abbenchè nelle une e nelle altre debbano esser diversi i metodi della dimostrazione*. E se questo comun principio dell'umano assentimento fosse stato avvertito dal Kant, non avrebbe quell'impareggiabile analizzatore dell'umano pensiero, nei suoi libri della *Critica della Ragione pura*, e della *Critica della Ragione pratica*, trattato in modo al tutto indipendente le leggi che reggono la cognizione e quelle che governano le operazioni, presentandole come due mondi assolutamente divisi, e di cui non era nemmeno tentabile l'armonial congiunzione. E tutte le menti versate negli studii filosofici sanno quanto sieno gravi, e teoricamente e praticamente, le conseguenze di quel funestissimo distacco.



Spariscono cotali pericoli, svaniscono gli ostacoli ad un'armonia creduta sì lungamente impossibile, per chi può penetrare la dottrina del nostro gran Vico, giungendo ad imbevversi delle idee da lui meditate, le quali altresì completamente si accordano colle universali credenze del genere umano.

La Mente adunque è lo strumento datoci per ordinare, rischiarare, generalizzare gli elementi, che lo sono perpetuamente somministrati da una facoltà superiore, né punto le compete il renderne ragione e lo stabilirne la legittimità. Laonde l'uomo distoglie la Mente dal suo precisissimo ufficio, e le impone un lavoro a cui ella trovasi disadatta, quando la vuol adoperare a giudicare dei principii stessi della cognizione, ed a allegar le prove della loro adeguazione alla realtà. Perciò non possono cotali ricerche ricevere alcuna soluzione, imperocchè la Mente destinata ad elaborare le verità rivelatele da quella facoltà superiore, che costituisce l'umana unità ed è dal Vico nominata Autorità, non può, i suoi naturali limiti oltrepassando, per le proprie sue forze né rinvenirle, né giustificarle. Adunque volere appoggiare alla *riflessione* al *discorso* tali impossibili inquisizioni equivale al richiedere a un senso un ufficio diverso da quello a cui egli è destinato, al ricorrere *all'udito* per averne le sensazioni *del tatto*, o ad una qualsiasi macchina speciale per trarne i servigi di un ordigno ad un tutt'altro uso destinato. Ed il persistere a ricercare in quella impossibil via una irreperibile soluzione, è una vera assurdità scientifica, simigliante alle vane ricerche in cui si consumano quelle sviate menti, di scientifico criterio sprovvedute, che vanno ognora tentando, nella Matematica, nella Meccanica, Nella Chimica, lo scioglimento di problemi di provata insolubilità. E quando lo scettico ostinerassi a dirsi incapace di decidere ed affermare una qualsiasi verità, dubitando di non passar la vita in mezzo a perpetue illusioni, e credendo che alle modificazioni del suo senso potrebbero non corrispondere effettive realtà, al certo basterebbe, senza proseguire disputazioni già troppo esauste, fondandosi sul comun sentire degli uomini, ricordargli che nella vita sociale vengono amaramente compianti quali esseri infelicissimi, e spesse fiate relegati fuori di ogni umano consorzio, quegli sciagurati, nei quali il sentimento della realtà si è fatto ottuso al segno di lasciargli illudere perpetuamente dalla loro subbiettività, e di toglier loro il potere di distinguere le proprie fantasticazioni dalle vere ed effettive impressioni destate in essi dagli obbietti esterni.



Imperocchè quei sofismi vengono ad ogni passo contraddetti da tutte le operazioni umane, tanto da quelle che di per sé e fuori d'ogni previo consiglio si producono, che da quelle che sono effetto di meditate deliberazioni. Non potrebbe la mente umana concepire una favella, che si accordasse colle dottrine scettiche o materialistiche: ad ogn'istante occorrerebbe *il sustantivo*, quel sostegno indivisibile d'infinite qualificazioni, la cui serie, anche completissima, mai giungerebbe ad esaurire *l'idea sostanziale*, che lo costituisce; sovverrebbe *la persona* con un carattere ancor più determinato di sostanziale indivisibilità, ed incontrerebbesi *il verbo* ad esprimere l'azione indeterminata, assoluta, ed a significare un concetto, al qual non possono giungere le percezioni dei sensi. Né può ugualmente concepirsi l'esistenza di un qualsiasi compagnevol consorzio, che non rispetti diritti ed obbligazioni, e del pari non v'ha scettico alcuno, che ogni giorno, e le mille volte, non riconosca quelle medesime realtà da lui come mere illusioni rigettate quando s'immerge nelle filosofiche considerazioni. Perciò racchiude un senso profondissimo, un'alta ed utilissima verità quel motto del Vico, per cui egli vuole che il romano Giureconsulto imbevuto della dottrina da lui insegnata, pervenga a quella *costanza*, a quella salda e perfetta *coerenza*, a cui aspirava il greco Sapiente, cioè alla piena concordanza delle sentenze dell'intelletto, e delle determinazioni della volontà.

La denominazione di *Circolo*, usata dal Vico a significare le successive evoluzioni dell'umana civiltà, ha dato luogo a gravissimi sbagli, facendo accusare il nostro filosofo, cosa in vero stranissima, di aver disconosciuta l'umana perfettibilità, e di aver creduto che il genere umano non giungesse ad uno stato più perfetto, che per tosto abbandonarlo, ricadendo per una nuova barbarie al punto istesso donde si era mosso. Ma il Vico ha usato il vocabolo *circolo* nel preciso suo senso geometrico; imperocchè il *circolo* non è una curva, ma è bensì lo spazio contenuto dalla linea che lo circonda. Per un'abusione di parole vien dato comunemente il nome di *circolo* a ciò che, rigorosamente parlando, dovrebbe nominarsi *circonferenza di circolo*, e questa, non il circolo, fa ritorno come tutte le curve chiuse al punto donde s'è dipartita. Laonde con tutta convenienza ha significato il Vico per quel vocabolo la continua espansione dell'umana sociabilità, che operasi per successivi sviluppi, come se partendo da un punto centrale, ella andasse continuamente allargandosi per una serie di circoli concentrici, sempre conservando i proprii originarii caratteri. Ed il Vico compie la sua idea, figurando che le società operino ogni loro evoluzione avendo sempre innanzi agli occhi il prospetto d'Iddio Ottimo Massimo, i cui perfettissimi attributi sono il Tipo da esse assiduamente contemplato. Abbiamo

Revista Paranaense de Filosofia, v. 3, n. 1, p. 177 – 219, Jan./Jun., 2023.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



perciò l'Idéia la più esatta, la più perfetta dell'umano progresso, e lo vediamo procedere per gradi successivi, sempre conservando le pristinae sue condizioni. Ben corrisponde altresì un simil modo di considerare gli sviluppi delle umane società con quelli della natura organica, ove in tutti gli considerati nelle più ampie lor diffusioni sempre ritrovasi il nativo embrione, portato a maggior ampiezza, ma sempre conservando i suoi originarii principii. Persistono in tal modo quelle primitive condizioni, quei principii fondamentali, elemento essenziale e costitutivo di ogni società, e brilla ad ogni instante il tipo perfettissimo, al quale si rivolgono gli umani voleri.

Vanno adunque sempre allargandosi gli umani consorzi: dalla compagnia del padre, dei figliuoli e dei clienti, i quali formavano *la società familiare*, venne esteso il consorzio alla compagnia della *Tribù*, della *Gente*, delle famiglie da un medesimo ceppo diramate: ebbersi dipoi *le civili società* composte di parecchie Genti o Tribù, e ristrette per lo più nel recinto di piccole terre.

Queste piccole società rette da proprie leggi, costituirono, ognuna dappersè, un tutto indipendente ed individuo; allargossi di poi quel circolo compagnevole, quando parecchie individue società si ridussero sotto a un comune Imperio. Accomunaronsi pertanto le più essenziali credenza; fecersi comuni le speranze, comuni i sensi dell'umanità, comuni gl'interessi, comuni principii ispirarono le legislazione, per comuni sforzi compironsi le più utili imprese, e si estesero sempre in più gli obblighi della comune fratellanza. Ed abbiám diritto di sperare che farassi sempre più intima ed efficace la congiunzione spirituale dei popoli inciviliti, in modo da tirarsi addietro poco a poco le civilizzazione più restie, le quali sentiransi sempre più sopraffatte dalla naturale preminenza delle nazioni più civili ed umane, quella cioè che risulta dalla maggior sapienza e dal più alto sentimento dell'unità degli umani interessi.

Una differenza essenzialissima sussiste tuttavia tra il modo onde intende il Vico l'umano *progresso*, alle effettive condizioni delle umane società conformandosi, e quello ond'esso in forma tanto arbitraria e sconnessa si presenta alle menti di coloro, che lo vanno comunemente predicando. Abbiám veduto come *il progresso* rappresenti pel Vico una perpetua evoluzione, che gradatamente si compie con effetti sempre maggiori e più atti a crescere la somma dei sociali vantaggi, ma coll'assoluta necessità di riprodurre costantemente gli originali principii, elementi incancellabili della sociabilità, fondamentali condizioni di ogni umana compagnia. Ma quel grande concetto presentasi per lo più alle menti inavvertite, come un andamento tutto



meccanico, ove il solo tempo collega i passi susseguenti con quelli che gli han preceduti, senza alcuna intima, propria ed organica dipendenza e collegamento. Il Vico ci mostra le umane società intente a contemplare un Tipo de assoluta perfezione, verso il quale sono sempre dirette le loro operazioni, ed afferma l'esistenza di leggi primordiali insite negli animi umani, le quali sempre si sviluppano e sempre sussistono. Ma a coloro che si attengono alla volgare nozione di quell'indefinito progresso, appariscono gli uomini inoltrantisi, privi di direzione, in una oscura e sconosciuta via; oltrechè l'equivocità dei vocaboli induce a far tenere per miglioramento ogni passo novellamente percorso, anche quando egli conduce a rovinare. Quindi non avrebbe più luogo la prudenza; più non tratterrebbero le morali obbligazioni; la condotta dei più importanti negozi sarebbe abbandonata alla scongiata ventura, seguendo i cicchi impulsi degl'imprudenti e dei malvagi. Di più, ogni fatto dei nostri antecessori viene, in forza di un tal concetto, considerato sotto un aspetto spregevole, e la bisogna compitasi jeri giudicasi disennata rispetto a quella dell'indomani. Mentre al contrario colla formala del Vico rimane reverenda la memoria dei nostri maggiori, perché ritroviamo nelle loro creazioni l'identità dei fondamentali principii da noi rispettati, reputandoci in dovere di condurle a maggior estensione, ed a miglior efficacia.

La religiosa reverenza dei maggiori ci occorre ad ogni passo nelle umane tradizioni, ed abbiam veduto che dessa nulla toglieva alla rapidità e all'importanza delle civili trasformazioni. Ma oggi giorno in mezzo alle volgarissime declamazione, che in tutta Europa van smisuratamente celebrando le presenti condizioni, in nome del moderno *progresso* è tenuta in nessun conto l'antichità, e sono neglette ed anche spregiate le nobili discipline, alimento di quegli uomini eccelsi, che fiorirono nei tempi ove la civiltà italiana si diffuse con tato splendore per tutta Europa. A dispetto dell'universal costume dell'umanità, fansi contennevoli i padri; laonde non deve recar sorpresa, se i giovani alunni, che ancor siedono sulle panche delle pubbliche scuole, arrogansi il diritto d'intervenire ad ogni occorrenza con romorose dimostrazioni. Non però son più rapidi e decisivi i veri miglioramenti; non si abbassano pertanto le barriere, che dividono i diversi ordini civili; non prorompono perciò gli affetti della universal fratellanza, e ben di rado ed a malo stento rivolgonsi di mitigarle o di esaurirne le fonti. I vecchi abusi qualvolta un prudente e savio governo introduce effettivi miglioramenti, quei medesimi, che s'intitolano adoratori del Progresso, contrastano a tutta possa ai più benefici provvedimenti.



Nei primi capitolo del presente libro, a quei sovraccenati principii, fondamento di ogni civil società, appoggiossi il Vico per dedurne leggi universalissime da poter applicarsi all'intiera Repubblica del genere umano, alla qual deduzione egli contrappose, nel seguito dell'Opera, la storica serie dei successivi sviluppi dell'umana sociabilità, mostrando come la divina Provvidenza abbia per evoluzioni sempre più ampie condotto gli uomini a raggiungere quelle leggi istesse da lui idealmente dimostrate.

E qui giova avvertire che lo studio dei fatti, consigliato dal Vico come il vero metodo da seguirsi nelle filosofiche e politiche ricerche, non esclude in alcun modo la legittimità della qui ricordata deduzione. Imperocchè quando non arbitrariamente, ma dagli stessi fatti viene la mente a raccogliere quelle verità, elementi essenzialissimi della sociabilità, ella può con tutta sicurezza ritrarne per continuate deduzioni le massime particolari atte ad ogni speciale applicazione, e formarne uno scientifico sistema. Ma deve un tal sistema, il riportato esempio del nostro Filosofo seguitando, reggere in ogni sua parte al perpetuo cimento della disanima dei fatti, ai quali, s'esso esattamente avrà corrisposto, avrassi la prova che ne sono legittime le conseguenza, e che non venne introdotto in esso verun arbitrario elemento.

Nei suoi primi capitolo adunque, e quelle ideali leggi esponendo, il nostro Vico proclama ogni più alta ed utile verità, sia rispetto ai doveri della privata coscienza, com'eziandio a quelli che han riguardo alla vita civile. Egli proclama *esistere tra gli uomini una costituiva uguaglianza derivata da Dio, unico principio da cui procede il genere umano*; e vuole che *l'uomo sia fatto per comunicare sociabilmente la verità, e per accomunare le utilità*. E trattando del modo con cui debbansi accomunare le utilità, egli riproduce la teoria di Aristotile *sulla Giustizia distributiva e commutativa* (Etica Nicom. Lib. V, e.6,7 e 8), importante argomento, cui tenderemo dilucidare con una Nota speciale⁶.

Passando al Gius penale, egli tutto lo fonda sopra l'effetto prodotto dalla colpa nella coscienza del delinquente, e sulla personale infelicità, ch' egli per essa si è direttamente preparata: avvertendo essere una l'origine dei due vocaboli *poena* e *poenitere*, ed in tal guisa indicando che nel pentimento consiste l'essenzial carattere di ogni penalità. Pertanto non

⁶ Vedi la nota alla pagina 300.

Revista Paranaense de Filosofia, v. 3, n. 1, p. 177 – 219, Jan./Jun., 2023.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



dimentica il Vico voler spesso volte le condizioni della civil società che intervenga la pubblica Podestà ad imporre i gastighi, ed a proporzionargli agli occorsi delitti.

Alla vita sociale corrispondono, secondo il Vico, assoluti doveri di continua cooperazione, di reciproca assistenza e di stretta fratellanza, i quali direttamente derivano dal fatto stesso del compagnevol consorzio, e dagl'infiniti benefizi, che ne raccolgono coloro che ne sono partecipi. Sono adunque strettissimi i vincoli della cittadinanza, né hanno alcun limite i mutui doveri dei cittadini, non meno che quelli che gli obbligano inverso la patria comune. Non poco dissentono da questi principii le idee di alcuni moderni, che riguardano ogni singolo cittadino come un centro proprio ed indipendente, e limitano strettamente i pratii doveri escludendo quasi del tutto i mutui congiuntivi ufficii dei cittadini, o non lasciandogli sussistere che come conseguenza di doveri religiosi indipendenti dalle cittadinesche ragioni. Cotali teorie sono in gran parte provenute dagl'Inglesi, nazione presso la quale le sociali condizioni non poco si scostano da quelle altre società europee. Per ricordarne con un esempio l'essenzial differenza, ritrovansi presso agl'Inglesi le parrocchie tra sé divise e non congiunte dal legame del *Comune*, non esistendo in quel colto e potente popolo fra gli abitatori di una città quel particolar legame, che gli fa partecipare ad una vita *comunale*, da cui risultano comuni carichi e comuni vantaggi. A siffatti costumi d'isolamento e d'individua indipendenza, non è meraviglia che corrispondano le politiche teorie; ma queste, la Dio mercè, malamente allignerebbero nelle contrade ove i molti avanzi dell'antica civiltà hanno impresso profondamente l'uso ed il bisogno di più stretti consorzi.

Passando il nostro Vio ad esaminare lo sviluppo storico delle società, egli ad ogni passo fa riconoscere quali politici elementi meglio concorrano, e quali maggiormente contrastino all'universale miglioramento, offrendoci profonde analisi, che ci fan penetrare gl'intrinsechi elementi delle varie forme dei politici governi. La lotta perpetua del Patriziato e delle Plebi, accuratamente studiata nelle Romane storie, gli presenta l'azione simultanea di due contrastanti forza inerenti in ogni umana società, e condizione assoluta di ogni socievole progresso. Quegli elementi inimici vengono nondimeno condotti tutto giorno dalla forza istessa delle cose ad andare operativamente congiunti, e scendono di continuo a pacati e comuni accordi. Imperocchè gli assoluti contrasti, le irremediabili opposizioni incontransi soltanto nel campo della teoria; ma nella realtà, ad ogni istante ci occorrono le composizioni, e gli accordi,



mostrandoci il mondo sociale, como quello della natura, ad ogni ora equilibrate le forze opposte per l'azione di una forza superiore, che le congiunge e le rivolge a compire insieme un'opera comune. Per lo più basta il sentimento del comun bisogno a produrre i necessari e comuni consensi delle varie classi della Società, ma sopravvenendo profondi e straordinarii dissidii, ad essi pon fine l'azione energica della pubblica Podestà, fattasi per universal volere ed a comune salvezza giudice ed arbitra supreme delle civili discordie.

Niuno, a nostra sentenza, ha più profondamente del Vico dimostrato la propria natura, le ingenite tendenze del patriziato. Egli ci fa vedere che incominciarono i patrizi coll'essere imbevuti della persuasione di una lor *naturale ed effettiva superiorità* sovra i plebei. I romani patrizi tenevansi per figli degli Dei, ed anzi per Dei mortali, e quindi ostinatamente respingevano i plebei da ogni comunicanza delle religioni, dei connubii, dei pubblici comandi, e delle civili ragioni. Erano *Viri* i patrizi, eran *uomini* i plebei. E qui giova osservare che s'era dei patrizi la *Virtù* (Virtus), la qualità di *Viri*, simbolo delle violenti disposizioni più atte a difendere la loro assoluta preminenza, dai *plebei* fu originato il nome dell'*Umanità* (*Humanitas*), rimasto ancor oggi a significare i sensi più larghi della reciproca amorevolezza e dell'universal fratellanza.

Vuole il patriziato la stretta osservanza d'immobili costumanze, invocando la reverenza dovuta a leggi consagratissime, a fine di mantenere il gius antico, espressione della sua preminenza. Richiede la plebe l'ugual Ragione, l'*Equità*, perciò fondandosi sovra i principii del gius naturale, che più ampio ed umano oltrepassa le legge effettiva sotto il cui impero non trovan luogo i nuovi bisogni.

La *Legge Agraria* è, secondo il Vico, un fatto di remotissima antichità, che ha preceduto ogni altro politico provvedimento, ed è perfino anteriore alla fondazione delle politiche società. Imperocchè fino dai tempi remotissimi, quando la Società era ristretta all'unione delle originarie Tribù composte delle famiglie da un medesimo ceppo diramate (*le Genti Maggiori*), a quel provvedimento bisognò che ricorressero i Padri, per ricondurre i clienti, colla concessione di più miti ed eque condizioni, a ripigliare le opere cui avevano tralasciate, perché più comportar non potevano la gravezza delle pristinae ragioni. Ci ricorda egli altresì essersi rinnovato qual conflitto ogni qual volta più non volevano le plebi assoggettarsi alle condizioni



imposte dall'avarizia dei patrizi, né mai essersi pacati quei contrasti, se non coll'allargarsi quelle condizioni e migliorarsi lo stato delle plebi.

La ragioni che sussistono tra coloro a cui tocca la materiale esecuzione del lavoro, e quelli che lor son preposti, o per ereditarii diritti, o perché ad essi appartiene l'intellettual direzione delle opere, vengono determinate quotidianamente in modo spontaneo e pacatissimo (come lo abbiamo accennato parlando delle reciproche condizioni dei varii ordini sociali). Occorrono pur talvolta circostanze dove, o per ostinarsi la classe superiore a ributtare eque e moderate richieste, o per essere i lavoratori incitati da spiriti malvoglienti e faziosi, sorgano accanitissimi i contrasti, e ne conseguitino pericolose turbolenze. La pubblica Podestà dimostrandosi, com'è naturale suo ufficio, provveditrice dell'universale interesse, scansa per lo più i mali effetti di simili umori, col mantener vivi gl'impulsi della pubblica attività, per la quale crescono ognora i procacci, e per essi la retribuzione delle opere. E occorrendo talvolta in un determinato luogo, o sovra una speciale industria, un qualche particolare sconcerto, ne riesce facile l'allievemento, quando i sofferti danni vengono direttamente ripartiti sovra tutte le parti del corpo sociale, né in altro modo potrebbe riuscir men sensibile all'universale quel danno particolare che tosto o tardi sovra tutti si riversa, tanto è intima la congiunzione del corpo sociale, e tanto son consentanee tutte le parti di esso. Senza che le più volte gli opportuni impulsi ed i savi provvedimenti bastano dappersè a ridurre le cose alla consueta e regolare lor condizione.

Vuolsi pertanto ammirare la sagacità del Vico per aver penetrato la somma gravità di quell'argomento, preponendolo ad ogni qualsiasi politica considerazione. Perché non ha saldi fondamenti un politico stato, se non si fonda sugli interessi delle classi più numerose, ed è soprattutto da considerare la condizione degli agricoltori in quelle contrade, ove i villici ancor si dibattono contro le peggiori conseguenze del sistema feudale. A tale erano, prima del 1789, i coltivatori francesi, né si appagarono che quando ebbero ottenuto il dominio di una parte ragguardevole dei poteri.

Alle cose Romane ritornando, l'acerbità delle prime leggi contro i debitori, l'ostinazione colla quale le difesero i patrizi, come facevano altresì per ogni lor particolar vantaggio, le arti occulte, con cui cercavano di attraversare ai plebei ogni via alla ricchezza, le usucapioni e le mille forme l'aristocratica prepotenza, per le quali facevasi incertissima le possessione dei fondi



dei plebei; la misteriosa ed incerta Giurisprudenza, tutto quel complesso di pretensioni e di fatti, arti perpetue delle aristocrazie, trovansi esposte dal nostro Vico con grande profondità.

E sono da notarsi queste sue parole. “Per altro le leggi di Gius privato fatte durante la libera Repubblica, sono quasi tutte *Tribunizie*, e tutte favoreggiavano le popolari ragioni, perché *egli è costume dei deboli di richiedere contro ai potenti l’ugual Ragione, com’egli è voto comune dei potenti che non v’abbiano leggi*. E perciò dobbiamo tenere per massima costante e regolatrice che le Leggi Tribunizie sono sempre incitate da una qualche ingiustizia dei potenti, o furon fatte per attraversare una qualche inimica ed occulta mena della Potenza”.

Laonde la classi che trovansi poste in un grado d’inferiorità vogliono giungere, a grado a grado, a farsi partecipi dei sociali vantaggi. Nulla ciò toglierebbe ai Patrizi, i quali anzi raccolgono ogni buon frutto della migliorata condizione del popolo, mentre ridonda in grave lor nocimento ogni suo discapito. Ma ella è essenza dello spirito dei Patrizi di non fare alcun conto perfino della propria utilità, quando non è dessa di esclusiva lor pertinenza. Che che vogliansi gli sprezzatori delle umane ragioni, la Società, dagli alti agl’infimi gradi, forma come una lunga catena, che tutti ci stringe, né può da alcuno essere disserrata. In ogni singolo rifulge lo stato dell’universale, e cresce ogni individual potenza con quella di tutti. Tanto possono i capitani, quando valgono i militi; e coloro, che son preposti a dirigere od a governare le utili opere d’una società, tanto più onore, tanto maggior profitto ne raccolgono, quanto in quelli che gli assecondano son maggiori l’industria ed il buon volere. Questi più si dispiegano colà donde son discacciate l’ignoranza e la povertà, e dove tutti, grandi e piccioli, sono a tal grado pervenuti, che si sentano figli tutti d’un solo riscatto, e tutti partecipi dei doni d’Iddio, quelli dell’animo, come quelli del corpo. Ci ricorda il Vico aver detto Socrate *ch’è la scienza una virtù, e ch’è la ignoranza d’ogni colpa cagione*. A ciò puossi aggiungere con verità essere il mal volere e l’ignoranza (ed è pure effetto d’ignoranza il mal volere) la vera ed effettiva cagione della povertà, mentre il buon volere col riunire gli sforzi, la scienza coll’ordinargli e dirigerli, aprono fonti perenni d’ogni più abbondante ricchezza.

Le Società politiche essendo storicamente le une dalle altre provenute, e rimontando i lor primi passi a tempi anteriori alle storiche tradizioni, non possono le loro origini dar luogo a fondate ricerche. Ma osservò il nostro Vico che anche nei tempi storici si son costituite nuove politiche società, ed eziandio in tempi modernissimi, e che queste posson dar luogo a



considerazioni, le quali confermano i principii da lui ritrovati. Tali sono quelle nuove politiche società, che spontaneamente si formano, quando, per ostare ad un comun pericolo forze formano con nuove e più estese ragioni un nuovo corpo politico. Ad esempio di tali collegazioni, egli cita nella storia antica la Lega degli Achei, e nei tempi moderni quelle delle Repubbliche Svizzere e degli Stati Uniti d'Olanda. A queste ravvicina egli eziandio le leghe e le alleanze a fin di guerra concluse, le quali danno pur luogo a nuovi caratteri di comando e di ubbidienza. Pochi sviluppi furon dati dal Vico a quell'incominciato studio, dal quale senz'alcun dubbio gravissime conseguenza avreb'egli dedotte; né di ciò maraviglieremo, pensando che il Vico scriveva in Napoli, e sotto al sospettosissimo governo dei Vice-re spagnuoli, uno dei peggiori del mondo.

Ed invero sarebbe cosa desiderabile in quell'ordine d'idee continuando, che le politiche considerazioni si rivolgessero eziandio allo studio di quei molti compagnevoli consorzi, che vengono a prodursi quando alcuni uomini riuniscono i loro sforzi per proseguire un qualche comun vantaggio, o per opporsi ad un sovrastante pericolo, cui non potrebbero in altro modo sfuggire.

Anche in mezzo a quelle particolari società, a quelle speciali compagnie, dispiegasi liberamente la natura sociale dell'uomo, e vedonsi sorgere in esse, in modo tutto spontanco, quelle forme di reciproca dipendenza che meglio al comune interesse si confanno. Ed a nostra sentenza, se quelle spontanee forme fossero studiosamente considerate, non poco allargherebbsi il campo delle politiche osservazioni, state finora ristrette alle sole forme dei politici governi, la cui fallace identità ricopre spesse volte condizioni diversissime. Al genere qui accennato possono riferirsi quegli straordinari consorzi, che formansi tra i militi, quando stretti di assedio, o lontani dai pratii soccorsi, e privi di ogni esterna assistenza, fondano ogni lor speranza sulla propria virtù; tali e perigliosi viaggi, le compagnie dei mercatanti, ed altre innumerevoli. E forse chi attentamente disaminasse le ragioni che in simili consorzi si stabiliscono, ricoglierebbe elementi preziosissimi, che non picciolo ajuto somministrerebbero a chi volesse rintracciare le leggi generali e necessarie alle quali viene ad ubbidire ogni manifestazione dell'umana sociabilità; applicando allo studio dei civili governi quelle deduzioni più generali, sarebbero da rigettare quelle forme politiche che troppo ad esse contrastassero, e che perciò apparirebbero esse prodotte dall'arbitrarietà e dall'artificio. Imperocchè le Società



politiche non differiscono genericamente dalle altre sociali congiunzioni, nelle quali dispiegasi la natura compagnevole dell'uomo, essendo soltanto di tutte le più ampie, e quelle che, per abbracciare l'universalità degli umani interessi e delle umane ragioni, più posson contribuire all'umana felicità. Laonde se quelle forme son migliori, che più sono alla natura umana consentanee, troveremo dover meglio ad essa corrispondere quelle condizioni della reciproca subordinazione, che si producono più spontaneamente, e con più d'indipendenza da ogni teoretica presunzione. E qui ci occorrono quei due elementi, che ritrovansi in ogni espansione dell'umana attività: la *natura* e l'*arte* la *spontaneità* e l'*artifizio*, le vive, naturali e feconde creazioni dell'*animo*, le riflesse, artificiali e sterili combinazioni della *mente*, il che ci riconduce ai principii metafisici, cui abbiamo dianzi esaminati, intorno all'azione reciproca della facoltà creatrice, ch'è nell'uomo sovrana, e della mente, ch'è l'elemento puramente ordinatore delle creazioni di essa.

E forse fin d'ora le ragioni dei surriferiti speciali consorzi considerando, potrebbesi ritrarne alcune condizioni di non dubbi generalità: l'unità, *la libertà e la piena imputabilità del comando*; il consiglio, *il consultivo concorso, dei più prudenti e dei più autorizzati fra i compagni*; l'ubbidienza *volentiermente consentita e mantenuta dalla general confidenza*.

Due sommi italiani, il Macchiavelli ed il Vico, fecero delle romance storie il subbietto delle loro meditazioni, e sovr'esse fondarono la lor politica dottrina; ognuno d'essi un altro metodo seguendo e preponendosi un fine diversissimo. Entrambi primi s'introdussero nella via da essi gloriosamente percorsa, e procurarono all'Italia il vanto di aver creata la politica filosofia, per avere l'uno e l'altro rischiarato ambo gli aspetti di essa con nuova e splendidissima luce. Imperocchè due sono gli elementi, che nei fatti politici si offrono alla meditazione del filosofo: da una parte l'uomo; dall'altra la concatenata serie dei fatti storici. L'uomo dispiega la sua attività in mezzo al conflitto degli avvenimenti, e gli modifica in un modo o provvido, o disastroso, riuscendo utile e benefico s'egli mostrasi giusto, prudente ed animoso; disutile e nocivo se ingiusto, temerario e dappoco. Adunque le virtù politiche ed i vizi, che a quelle si contrappongono, possono essere in sé stesse considerate, ed allora offresi la storia come il campo ove dispiegansi le libere tendenze dell'umana attività. Di tal natura furono le considerazioni, a cui si rivolse il luminoso ed acutissimo ingegno del Macchiavelli, e ricolse



una dottrina, che non sarà mai lodata a sufficienza, purché si voglia tralasciare alcuni suoi speciali concetti, cagionati dai suoi tempi confusi e travagliatissimi.

Appare, dall'altra banda, il modo con cui le forze insite nella società umana vengono successivamente a svilupparsi per tutte le fasi delle sue progressive evoluzioni. Ed a ciò rivolgendo il Vico il suo genio incomparabile, tutto si diede a penetrare le naturali condizioni del viver sociale, ricercando l'intimo spirito degli Ordini, delle istituzioni, delle leggi, studiandone le necessarie trasformazioni, ed in quei fatti collettivi rinvenendo una prepotente invincibil forza, contro alla quale indarno vogliono contrastare le individue volontà.

E chi considererà attentamente questi due aspetti della Storia riflettendo alla dualità qui brevissimamente accennata, ravviserà in quell'argomento il perpetuo problema dell'esistenza del libero arbitrio dell'uomo, di fronte all'immutabilità degli eterni dettami d'Iddio, perpetua antitesi, i cui ambo contrarii termini sono in modo ugualmente assoluto ed invincibile creduti e confermati dall'umana coscienza e dal comun sentire di tutti, ad entrambi appoggiandosi fermissimamente le universali istintive credenze. Inconcussa pertanto rimane nell'animo umano la doppia credenza dell'azione esercitata dalla Provvidenza divina sul governo dell'umanità, e della piena libertà, colla quale l'uomo concorre a secondarla, od imprende audacemente di combatterla. Imperocchè la legge del dovere, dalla mano di Dio profondamente impressa nell'animo dell'uomo, non può armoniosamente corrispondere colla legge che governa lo sviluppo del genere umano, benchè non valga la mente umana a scernere chiaramente la corrispondenza e la congiunzione di questo doppio aspetto del *Fas* divino.

Laonde quelle virtù, che sono all'uomo di guida in mezzo al tumulto degli avvenimenti, di gran passo lo conducono a secondare liberamente i generali decreti della Provvidenza. Coloro adunque, che preposti al governo dei Popoli procedono in ogni lor operazione seguendo i lumi della lor coscienza, all'uopo dimostrandosi giusti, prudenti ed animosi, vedono ogni lor retto consiglio favorito ed aiutato dalla forza istessa delle cose, d'ora in ora crescendo nelle lor mani la possa, e ad esse d'ogni parte concorrendo i consensi e gli aiuti. Ai quali contrastando i malvagi, veggono ammuccinarsi d'ogn'intorno gli ostacoli, sollevarsi le resistenze, ed ogni forza giacere nelle lor mani inoperosa od impotente; quando però non avvenga che, tratti dal propri lor interesse a favorire le utili e necessarie tendenze, essi, per usare le parole del Vico, concorrano inconsci ai consigli della Provvidenza, la quale, come



Tradução

BRAGA FILHO, J. V. T.

dice magnificamente S. Agostino, volentes ducit, nolentes trahit, blandamente conduce chi seguita volenteroso la via da Lei tracciata, e violentemente trascina chiunque imprende di resistere ai suoi Decreti.

Parigi, addì 31 agosto 1865.



RESUMO: O prefácio em questão foi escrito a propósito da tradução para o italiano, em 1866, da obra *Diritto Universale* (1722) de Giambattista Vico, originalmente escrita em latim. O tradutor e autor do prefácio, Carlo Sarchi, ressaltou a relação entre os conceitos de razão e autoridade, além de defender a contemporaneidade da hipótese de Vico sobre a função do direito na origem da civilização bem como sua composição em classes antagônicas. Sarchi explica que a teoria de Vico sobre o direito se comprova pelo caráter antiquado do direito, mesmo na modernidade. A presente tradução reproduz o uso de maiúsculas e minúsculas em conceitos, como no original. Por outro lado, a pontuação foi alterada em alguns trechos para se adequar ao sentido em língua portuguesa.

Palavras-chave: Vico. Direito Universal. Prefácio.

ABSTRACT: The preface in question was written regarding the translation into Italian, in 1866, of the work *Diritto Universale* (1722) by Giambattista Vico, originally written in Latin. The translator and author of the preface, Carlo Sarchi, emphasized the relationship between the concepts of reason and authority, while also defending the contemporaneity of Vico's hypothesis about the role of law in the origin of civilization and its composition in antagonistic classes. Sarchi explains that Vico's theory of law is demonstrated by the antiquated nature of the law, even in modern times. The present translation reproduces the use of capitalization and lowercase in concepts, as in the original. On the other hand, punctuation has been changed in some passages to suit the meaning in Portuguese.

Keywords: Vico. Universal Law. Preface.

Recebido: 04/04/2023

Aprovado: 04/07/2023